



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA**

**O COTIDIANO DO TRABALHO DOMÉSTICO GRATUITO DE MULHERES
EM SERRA DO NAVIO/AP (1960-1976)**

Lasley Manuele Silva e Silva

Matrícula: 2018001772

MACAPÁ-AP

2023

LASLEY MANUELE SILVA E SILVA

**O COTIDIANO DO TRABALHO DOMÉSTICO GRATUITO DE MULHERES
EM SERRA DO NAVIO/AP (1960-1976)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
Plena em História da Universidade
Federal do Amapá-UNIFAP, como
requisito para obtenção do título de
Licenciada em História.

Orientadora: Profa. Dra. Júlia Monnerat
Barbosa

MACAPÁ/AP

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

- Silva, Lasley Manuele Silva e.
S586c O cotidiano do trabalho doméstico gratuito de mulheres em Serra do Navio/AP
(1960-1976) / Lasley Manuele Silva e Silva - Macapá, 2023.
1 recurso eletrônico.
60 f.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em História) - Universidade
Federal do Amapá, Macapá, 2023.
Orientadora: Professora Dra. Júlia Monnerat Barbosa.
- Modo de acesso: World Wide Web.
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).
1. Trabalho doméstico. 2. Mulheres. 3. Indústria e Comércio de Minérios S/A - ICOMI. I.
Barbosa, Júlia Monnerat, orientadora. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 305.4098116

SILVA, Lasley Manuele Silva e. **O cotidiano do trabalho doméstico gratuito de mulheres em Serra do Navio/AP (1960-1976)**. Orientadora: Professora Dra. Júlia Monnerat Barbosa. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - História. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.

LASLEY MANUELE SILVA E SILVA

**O COTIDIANO DO TRABALHO DOMÉSTICO GRATUITO DE MULHERES
EM SERRA DO NAVIO/AP (1960-1976)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Bacharelado em
História da Universidade Federal do
Amapá-UNIFAP, como requisito para
obtenção do título de Licenciada em
História.

Orientadora: Profa. Dra. Júlia Monnerat
Barbosa

DATA DE APROVAÇÃO: ____/____/____

Banca Examinadora:

Profa. Orientadora Dra. Júlia Monnerat Barbosa

Profa. Avaliadora Dra. Maura Leal da Silva

Profa. Avaliadora Dra. Carmentilla das Chagas Martins

Prof. Avaliador Me. Higor Railan de Jesus Pereira

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, que me deu a vida, força e vigor para trilhar essa longa jornada que foi a graduação. Pelas vezes que me consolou quando me sentia sozinha e distante da minha família.

A minha mãe, Laize Marques, que me apoiou incondicionalmente quando contei que tinha me inscrito em uma universidade bem longe de casa, e mesmo com lágrimas nos olhos me abraçou e disse que eu teria sucesso. Obrigada, mamãe, pelo amor e incentivo as minhas loucuras, por acreditar em mim e sempre dizer que tudo daria certo, mesmo nos momentos mais difíceis. Essa pesquisa é dedicada a você, a mulher mais forte e determinada que já conheci. A minhas irmãs que mesmo de longe sempre se preocuparam em saber mais sobre a minha vida acadêmica, e mesmo reclamando, ouviam atentamente quando eu passava horas falando da minha pesquisa. Sempre atentas principalmente quando levantávamos debates históricos polêmicos. Aos meus familiares que diretamente ou indiretamente me ajudaram a chegar até aqui, amo todos vocês.

Agradeço ao meu noivo, Claudio Junior, pelo apoio e paciência. Só nós dois sabemos os pequenos surtos que tive durante o desenvolvimento dessa pesquisa e você sempre esteve ao meu lado me acalmando, e por vezes acreditando mais na minha pesquisa do que eu mesma. Obrigada por sempre ouvir atentamente todas as vezes que eu descobria algo novo com as fontes, isso era sinônimo de uma palestra que poderia durar horas. Mesmo assim, com sua paciência e curiosidade, digo com total segurança, você se tornou o meu melhor aluno. Eu amo você, meu amor!

Ao Grupo de Pesquisa Democracias e Ditaduras e ao Laboratório de Estudos da História Social do Trabalho na Amazônia pelos incentivos, ensinamentos e conselhos o meu muito abrigada. Principalmente aos colegas que me ajudara tanto com as fontes, Marlos Vinícius, quanto com o desenvolvimento das discussões em torno da temática. Sem suas orientações e parcerias não teria conseguido concluir esse trabalho.

Aos meus amigos do curso, Gabriel e Arthur, pelo companheirismo e amizade, vocês fizeram com que a trajetória na Unifap fosse mais aconchegante e divertida. Seremos eternos companheiros acadêmicos, obrigada, meninos!

Por fim, gostaria de agradecer a minha orientadora Dra. Julia Monnerat, que com muito carinho aceitou estar comigo nessa reta final da graduação. Obrigada pelos

conselhos, ensinamentos, confiança e os abraços carinhosos, digo e repito, a Unifap me deu o GPDD e o GPDD me deu uma amiga incrível, você.

RESUMO

Este estudo encontra-se dentro do campo da história social do trabalho e analisa as relações de gênero e classe na *Company Towns* de Serra do Navio/Ap durante o funcionamento da Indústria e Comércio de Minérios S.A. nos anos de 1960 e 1976. A partir de entrevistas com antigas moradoras, análise das edições da revista Icomi Notícias, relatórios anuais de saúde e as normas de procedimentos como fontes, compreendemos como era o cotidiano dessas mulheres, as cobranças internas e externas que elas tinham como agiam conforme isso e os caminhos que a Icomi escolheu para tentar moldá-las em seus padrões. Este estudo tem como principal contribuição o entendimento do trabalho doméstico gratuito feito por mulheres uma importância significativa no Projeto Icomi, tanto na perpetuação desse trabalho gratuito quanto no cuidado dos funcionários da indústria. Utilizamos o conceito de trabalho de subsistência enredado. Como recursos metodológicos aplicaremos os apontamentos de Alberti (2008) para as fontes orais, De Luca (2008) para os periódicos e Bacellar (2008) para as fontes documentais.

Palavras Chaves: Trabalho doméstico. Mulheres. Icomi. Divisão sexual do trabalho.

ABSTRACT

This study is within the field of social history of Labour and aims to analyze gender and class relations in the Company Towns of Serra do Navio/Ap during the operation of Indústria e Comércio de Minérios S.A. between the years 1960 and 1976. Analysing interviews of former residents, editions of the magazine Icomi Notícias, annual health reports and procedural standards as sources, Thais research aimed to understand what the daily life of these women was like, the internal and external demands they had, how they acted accordingly and the paths that Icomi chose to try to mold them into its standards. This study's main contribution is the understanding that free domestic work done by women is of significant importance in the Icomi Project, both in the perpetuation of this free work and in the care of industry employees. To achieve these objectives we use the concept of entangled subsistence work. As methodological resources we will apply the notes of Alberti (2008) for oral sources, De Luca (2008) for periodicals and Bacellar (2008) for documentary sources.

Key Words: Housework. Women. Icomi. Sexual division of labor.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Coluna <i>Femina</i> da Revista <i>Icomi Notícias</i> . Publicado em Junho de 1964.	40
Figura 2: Reportagem sobre a entrega do Prêmio do concurso da “Melhor Casa do Semestre”. Publicado em Março de 1965.....	42
Figura 3: Relatório Anual de Saúde de 1965,.....	44
Figura 4: Relatório Anual de Saúde de 1970.....	45
Figura 5: Normas de procedimento relacionado às vilas. Acervo da Icomi.....	49
Figura 6: Tópico 7.0 – Conservação das casas. Acervo da Icomi.....	52
Figura 7: Tópico 7.5 informa sobre as visitas que os residentes poderiam receber. Acervo da Icomi	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

ICOMI – Indústria e Comércio de Minérios S.A.

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

TFA – Território Federal do Amapá

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ E O INCENTIVO À EXPLORAÇÃO DO MANGANÊS	20
3 RESPONSABILIDADES DISTRIBUIDAS DE FORMAS DIFERENTES.....	28
4 AS TRABALHADORAS NÃO REMUNERADAS NAS FOLHAS DA REVISTA <i>ICOMI NOTÍCIAS</i>	37
5 RELATÓRIOS, NORMAS E CONTROLE	44
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

1 INTRODUÇÃO

O desejo de pesquisar sobre o trabalho doméstico gratuito surge de questionamentos particulares que nascem a partir do momento em que começo a observar e ter consciência da diferença de funções que as meninas e os meninos da minha família possuíam. Ajudar na cozinha e organizar o que estivesse bagunçado era tarefa das meninas, enquanto os meninos poderiam estar na mesa jogando dominó ou dama. Vivendo em uma família patriarcal, fui ensinada a ser uma boa filha, mulher e futura esposa, deveria dominar e realizar com excelência o trabalho doméstico que me era posto como responsabilidade. Atitudes como servir os homens da família, não importava o parentesco, estar sempre em prontidão para varrer, lavar alguma louça ou ajudar na preparação do almoço eram cruciais para nós, as mais jovens. Enquanto isso, os homens e meninos estavam brincando, jogando dominó ou dama, conversando ou acendendo o fogo para a preparação de alguma comida que seria assada.

A graduação ajudou a esclarecer algumas dúvidas e questionamentos, disciplinas como História das Mulheres e História Social do Trabalho fizeram com que a divisão sexual do trabalho, a importância que o capitalismo deposita na perpetuação do trabalho doméstico não remunerado e as lutas feministas (bem como de movimentos sociais organizados por classe e raça), serem assuntos que me fizeram compreender historicamente o porquê que fui criada em tais moldes familiares. A fim de entender mais dessa reprodução de ensinamentos domésticos e ideológicos, me propus a estudar e pesquisar sobre as relações de gênero, tendo em mente a pluralidade que nós mulheres temos. Mesmo essa pesquisa sendo com mulheres que viveram décadas antes de mim, ao ter acesso em seus relatos de vivências, vi muito da minha vida, e das vidas da minha mãe, avó, tias e irmãs. Acredito que os questionamentos do presente nos levam a olhar para o passado na tentativa de entender o que nos levou a chegar até aqui, ou o que nos fez permanecer com as mesmas reproduções.

Partindo do ponto de que as atividades feitas por meninas e mulheres em seus ambientes privados é uma forma de trabalho, recorreremos à estudiosas que, do fim de 1970 até o início de 1990, criaram um grupo de pesquisa, a Escola de Bielefeld na Alemanha, em que tiveram como foco o trabalho de subsistência (Linden, 2013). O início da discussão veio a partir de uma avaliação crítica feita de um debate francês sobre como eram as “articulações do modo de produção” na África, entre 1960 e 1970,

as pessoas mais conhecidas desse debate, segundo Van der Linden, eram Claude Meillassoux, Pierre-Philippe Rey e Emmanuel Terray. Esse debate acreditava que ao entrar em áreas recém-capitalizadas, o capitalismo não destruía por completo os modos mais antigos de produção, mas sim os incorporava e os transformavam ao longo dos tempos. Para esses antropólogos franceses, os diferentes modos de produção eram sistemas econômicos relacionados, mas separados uns dos outros (Linden, 2013, p. 355). Entretanto, as integrantes da Escola de Bielefeld discordavam da perspectiva e visão dos antropólogos franceses, pois a análise deveria partir não do enredamento dos diferentes *modos* de produção, mas sim do enredamento de diferentes *formas* de produção (Linden, 2013, p. 355). Percebe-se que o trabalho doméstico gratuito nunca foi visto ou considerado como um trabalho, visto que não há um movimento rentável direto, porém, é uma condição e parte integrada de toda produção social.

Mas o que seria trabalho de subsistência? Tomando como base os conceitos definidos pela Escola de Bielefeld, há quatro conceitos distintos e complementares, entretanto, iremos trabalhar apenas com três. A primeira é usada por Evers em que:

Segundo nossa definição, a produção de subsistência compreende toda a produção de bens e serviços direcionada não ao mercado, mas sim ao consumo próprio dos produtores. A produção de subsistência, portanto, é voltada para valor de uso, e não para valor de troca, e não é movida diretamente pelo mercado e pelos mecanismos de preço (Linden, 2013, p. 358).

Essa definição é voltada para os serviços prestados ao ambiente privado, dando ênfase ao valor de uso, o que corresponde aos familiares. A segunda é derivada da pesquisa feita por Maria Mies, socióloga alemã, que define o trabalho de subsistência como a “produção da vida cotidiana no seu sentido mais amplo, a produção de valores de uso para a vida cotidiana, bem como a produção de novas vidas” (Linden, 2013, p. 358). Ou seja, os ensinamentos que as mães destinam aos seus filhos e filhas, tanto fora quanto dentro de suas casas, e a sua possibilidade de gestação, que perpassa também as suas necessidade/satisfação emocional e sexual.

Por fim, a terceira que usaremos é trabalhada por Verônika Bennholdt-Thomsen em que afirma “o produto do trabalho de subsistência é medido em termos de valores de uso, mesmo que esse produto acabe por se transformar em uma mercadoria” (Linden, 2013, p. 358-359). Isto é, mesmo as donas de casa não pensando em seus serviços como produtos, a existência dessa dinâmica não é anulada, pois o que essas mulheres criam acaba por se transformar em mercadoria, que é ensinada, criada, alimentada e cuidada

para ser mão de obra no capitalismo, de acordo com Van der Linden, as definições giram em torno da questão de bens e serviços, e no questionamento de quem executa esse trabalho de subsistência e quem consome esse produto, sendo assim, existem formas de enredamento. Analisando as pesquisas desenvolvidas na primeira metade de existência da Escola Bielefeld, percebemos que elas visavam o trabalho de subsistência com a produção de mercadorias ou o trabalho de subsistência somado com o trabalho assalariado.

Conforme a perspectiva das pesquisadoras, a relação entre a subsistência e o mercado pode ser citada em três tópicos: 1) Segundo Von Werlhof, o trabalho de subsistência era uma esfera das mulheres, pois mesmo que elas trabalhassem fora de casa e fossem assalariadas, elas sempre seriam não assalariadas, pois ainda fariam os trabalhos domésticos em suas esferas privadas (Linden, 2013, p. 365). 2) As teóricas observaram que essas mulheres, trabalhadoras não remuneradas, ocupam uma posição de classe diferente dos trabalhadores assalariados (Linden, 2013, p. 365). Por fim, a principal forma de luta contra o capitalismo seria a tentativa de liberar o trabalho de subsistência da necessidade capitalista, Van der Linden vem frisar que não é possível ter o capitalismo sem o trabalho de subsistência. (Linden, 2013, p. 366).

As experiências femininas como foco de pesquisas tiveram bastante força na década de 1970, para Margareth Rago (2006), o feminismo na década de 1970 foi responsável por uma maior produção historiográfica com foco nas experiências de mulheres na História (Rago, 2006, p. 81). A entrada de um número maior de mulheres nas universidades, sendo muitas delas ativa no movimento feminista, favoreceu uma transformação temática na área. Dessa forma, a autora convida a uma reflexão sobre a produção historiográfica tendo as mulheres como produtoras e foco de pesquisas, primeiro na história social e posteriormente na cultural. A história social foi marcada pelo marxismo e, a partir de 1970, iniciou a tentativa de entender um pouco mais sobre vida social, “as denúncias das formas perversas da integração ao ambiente de trabalho” (Rago, 2003, p. 82) em que encontrávamos nesses trabalhos as várias formas de violências sofridas por mulheres. Na década seguinte, 1980, Rago (2003) afirma que as temáticas usadas para pesquisas são alargadas, tendo como foco:

A história do corpo e da sexualidade; o poder médico e a loucura; a família, o amor e o pecado; a sedução e o poder, as representações da mulher nos discursos médicos e jurídicos; os códigos da moralidade feminina (Rago, 2003, p. 84).

Ao mesmo tempo em que Rago nos apresenta como foram importantes as produções e diversidade de temas abordados nesse momento, ela também pontua a preocupação que se deve ter na abordagem teórico-metodológica usada (Rago, 2003, p. 85). Outro ponto que a pesquisadora aborda são as críticas que teóricos ligados ao pós-estruturalismo começam a fazer aos trabalhos da história social, principalmente por “trabalhar com identidades prontas, anteriores ao fazer histórico, e por negligenciar as construções simbólicas e culturais dos agentes em suas experiências de vida” (Rago, 2003, p. 85). Críticas como as de Joan Scott sobre o trabalho de Thompson, que, segundo a autora, incorporaria as mulheres à classe trabalhadora apenas como sombras ao redor dos homens (Rago, 2003, p. 86), percebemos um movimento para a desconstrução de generalização das mulheres e o início de estudos que analisam as diferenças sexuais enquanto construções culturais, dando-se então o início dos estudos sobre as relações de gênero enquanto relações de poder, que tem Joan Scott como principal referência.

Para entendermos mais sobre essa relação é importante que saibamos o seu significado. De acordo com Joan Scott (1989) existe a preocupação do reconhecimento da história das mulheres, o que evidencia os desafios teóricos encontrados por acadêmicas. O termo “gênero” aparece primeiro entre as feministas americanas que “insistem no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (Scott, 1989, p. 3), a partir de abordagens, tanto descritiva quanto casual, há a utilização do termo gênero a fim de substituir o termo mulher, como também sugere que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, ou seja, uma implica o estudo da outra (Scott, 1989, p. 3). Dessa forma, há a utilização para designar as relações sociais entre os sexos, essa suposta necessidade de informação que sempre teria atrelado a figura feminina à masculina, evidenciando assim as configurações do patriarcado. Scott (1989) levanta muitos questionamentos que problematizam como, por exemplo, a teoria do patriarcado não explicaria o que é a desigualdade de gênero e a sua relação com outras desigualdades.

Dentro da perspectiva da autora, as mulheres seriam vistas de uma forma familiar, do lar e sexualizada, sendo “produtos da mudança dos modos de produção” (Scott, 1989, p. 11) na perspectiva da História Social. Scott nos apresenta vários autores e suas visões, como Joan Kelly em *“A dupla visão da teoria feminista”*, que aborda os sistemas econômicos e os sistemas de gêneros agindo reciprocamente uns sobre os outros para produzir experiências sociais e históricas, sendo assim uma realidade social

baseada no sexo. Foucault explicando que a sexualidade é produzida em contextos históricos, sendo refletidas nas estruturas econômicas e sociais. Lacan trazendo a linguagem como a contra construtora da identidade de gênero. A partir destes e outros referenciais, Scott irá discutir a possibilidade da utilização de gênero como categoria de análise histórica.

Se analisarmos no Brasil, a abolição da escravidão e a chegada do século XX trouxeram algumas mudanças para os arranjos familiares. O que antes era visto como trabalho das escravas - tarefas ligadas ao cuidado e à manutenção e higiene da casa – passou a ser entendido como deveres da mulher/esposa. Segundo Ana Silvia Scott (2013), dentro do arranjo familiar sistematizado na sociedade brasileira de então, os projetos individuais femininos que ultrapassassem os ditados pelo modelo patriarcal não são aceitos. Dentro deste modelo, às mulheres cabia o papel de esposa e mãe e seus projetos e aspirações deveriam estar vinculadas ao bem estar de sua família, especialmente ao do marido, entendido como o “chefe”, e “patriarca”, com a soberania no âmbito doméstico. Esse novo modelo de família “ideal” carregava o significado de “aconchego”, “higiene” e “proteção” (Scott, 2013, p. 17). E o lar era entendido como local privado em que as pessoas mais “frágeis” deveriam estar protegidas do mundo, e consequentemente atrelado a população feminina. Scott afirma que essa “nova família” exigia uma “nova mulher”, uma mulher dedicada à educação dos filhos na sua “formação moral”, uma esposa amorosa e ainda submissa ao marido. Uma nova mulher que deveria manter seu foco no lar, nos afazeres domésticos, local que era “seu”, enquanto o espaço público era “domínio dos homens” (Scott, 2013, p. 17).

Por outro lado, as mulheres/mães das camadas mais pobres deveriam criar e disciplinar seus filhos para serem “trabalhadores ideais”, políticas governamentais foram implementadas neste sentido, sobretudo para adequar a convivência entre homens e mulheres a este modelo (Scott, 2013, p. 18). Durante o processo de urbanização Scott pontua que em 1941 o então presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto-Lei 3.200, de 19 de abril, em que afirmava o Estado como responsável pela educação infantil e juvenil, em que:

Os homens seriam educados de modo que se tornem plenamente aptos para as responsabilidades de chefes de família. As mulheres seriam educadas para que se tornem afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes na administração das casas. (SCOTT, 2013, p. 20)

Esse Decreto-Lei evidencia como o Estado estava se articulando para começar a construção de uma série de escolas especializadas na educação de crianças e jovens voltadas para os valores citados acima. O que resultaria, por exemplo, em escolas somente de meninas com o intuito de ensiná-las a “educação doméstica”. Ao longo dos anos o incentivo ao casamento e à maternidade foi propagado pelo Estado, e mulheres que não desempenhavam esse papel eram vistas como se estivessem “traindo sua essência feminina” (Scott, 2013, p. 24).

De acordo com a historiadora Silvia Arend (2013), além dessa nova perspectiva de família e obrigações familiares de cada membro, o incentivo desde cedo também era importante. As meninas deveriam ser orientadas a brincarem com bonecas, panelinhas, fogões, enquanto os meninos deveriam brincar de carrinhos, barcos e ferrovias (Arend, 2013, p. 71). Esses brinquedos e brincadeiras eram normatizados dentro de uma perspectiva de gênero para que as crianças entendessem desde cedo quais seriam seus lugares de “ação”. Mesmo que as escolas e as pedagogias fossem, em sua maioria, voltadas para a educação doméstica das meninas, o número de garotas que terminava a escola secundária era baixo. Arend afirma que em 1950 essa realidade brasileira era latente, porém, as que conseguiam avançar em seus estudos sempre optavam pela área do magistério, enfermagem ou odontologia, já que essas profissões eram vistas como “femininas” se constituindo como um dos poucos espaços possíveis que as permitia trabalhar de forma remunerada, visto que poderiam ser conciliados com o trabalho doméstico gratuito (Arend, 2013, p. 72).

O trabalho doméstico realizado pelas mães, esposas e filhas não é algo natural, instintivo ou biológico, foi algo imposto, ensinado e perpetuado há séculos, e por vezes foi tomado como iniciativas estatais. O capitalismo e o patriarcado se unem para moldar as vivências das mulheres, mesmo com a existência da pluralidade do cotidiano feminino, a exigência do seu “papel de mulher” é esperado. Dessa forma, realizando essa pesquisa no campo da História Social do Trabalho, nosso objetivo foi analisar as relações de gênero e classe na *Company Towns* de Serra do Navio/Ap durante o funcionamento da Indústria e Comércio de Minérios S.A. nos anos de 1960 e 1976, em que 1960 há a inauguração das moradias em Serra do Navio, e em 1976 acontece a publicação da revisão das Normas de Procedimentos das vilas, onde contém as formas “ideais” para realizar as limpezas das casas. Analisamos quais ferramentas de coerção que a Indústria e Comércio de Minério S.A (Icomi) utilizou durante esses anos a fim de exercer seu domínio no comportamento dessas trabalhadoras não remuneradas e

entendendo como era o cotidiano dessas mulheres ao desenvolverem os trabalhos gratuitos.

As fontes utilizadas serão entrevistas feitas pelo historiador Adalberto Paz com antigas moradoras da *company town*, as duas entrevistas foram feitas em 2010, tendo a duração de uma hora, vinte e sete minutos e cinquenta e um segundos a da senhora Claudete Santana Souza da Silva, enquanto a da senhora Zenira Vieira da Silva teve a duração de duas horas, vinte e um minutos e trinta e três segundos. Um dos pontos mais árduos de trabalhar com essa fonte foi o momento da transcrição, principalmente nos ajustes para leitura, que é um ponto importante visto que se deve corrigir erros de português, ajustar o texto às normas estabelecidas e adequar a linguagem escrita ao discurso oral. Sempre trabalhando com as palavras empregadas pelas entrevistadas, sendo fiel às lógicas e escolhas de termos, além de ter outras fontes para podermos comparar as entrevistas com outros documentos históricos (Alberti, 2008, p. 187). Essa fonte será usada com a finalidade de entendermos como era o cotidiano dessas moradoras, seus esposos, filhos e filhas, dando ênfase aos seus trabalhos diários na tentativa de saber e entender suas experiências vividas e perceber como ficou marcado na memória dessas antigas moradoras o trabalho não remunerado que era desenvolvido por elas.

Com a pretensão de saber como a Icomi via essas mulheres, como as tratava e as influenciava, serão analisados alguns artigos do periódico *Icomi Notícias* e algumas publicações da coluna intitulada *Femina*. A revista teve 36 edições, de janeiro de 1964 a agosto de 1967, ficando em circulação no Território Federal do Amapá. Focamos em saber as motivações que levaram as publicações desses determinados artigos na revista e em sua determinada coluna, a *Femina*, nos atentando a determinados temas, linguagens e naturezas com a finalidade de atingirem seu público-alvo, as donas de casa. Além de identificarmos quem eram as pessoas que estavam responsáveis pela linha editorial e como esses artigos tinham impacto no cotidiano dessas mulheres em diferentes classes sociais (De Luca, 2008, p. 140).

Outra fonte a ser explorada é o conjunto de “Relatório Anual de Saúde” emitidos entre os anos de 1965 e 1975, em que constam análises de guardas sanitaristas de acordo com o controle de habitação das moradias. O primeiro passo que demos assim que começamos a trabalhar com essa fonte foi a contextualização desse documento, visto que há a “opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu” (Bacellar, 2008, p. 63), além de fazermos o cruzamento com outras fontes o que nos possibilitou ter uma noção

maior dos acontecimentos naquele local. A finalidade da utilização dessa fonte é saber qual era a periodicidade das vistorias feitas, a porcentagem das casas que recebiam essas vistorias e saber em qual momento começou a se pensar a criação de normas mais rígidas para os moradores. Por fim, utilizaremos as Normas de Procedimento das Vilas que tem como data de publicação original 30 de outubro de 1973 e foi revisada no dia 29 de novembro de 1976. Nos atentamos em avaliar o máximo de informações que essa fonte documental nos possibilitaria acessar, o que nos proporcionou identificar as mudanças e permanências das condutas empresariais a partir do cruzamento com as outras fontes (Bacellar, 2008, p. 71). Essas normas serão usadas a fim de extrair quais eram as perspectivas da empresa para o gerenciamento das habitações, e nos possibilitou uma aproximação com as dinâmicas das relações de gênero existentes nesse período, nos mostrando o que se era esperado em relação a organização do ambiente privado e sua “conservação” que seriam vistoriadas mais tarde. Quero agradecer profundamente ao historiador Marlos Vinícius de Matos que compartilhou suas fontes, o que possibilitou dar início a essa pesquisa.

A pesquisa trará no segundo capítulo a contextualização espacial e temporal, destacando a criação do Território Federal do Amapá, o governador que assumiu a responsabilidade de cuidar do recém criado TFA, as políticas de exploração adotadas, a escolha da empresa que ficaria a frente das extrações do manganês e as influências políticas que passaram pelo governo de Vargas até ganharem força com a Ditadura Empresarial-Militar. Buscamos entender como estava o cenário nacional e internacional durante a construção de Serra do Navio e saber quem foram as pessoas responsáveis por sua idealização e construção.

O terceiro capítulo apresentará relatos de antigas moradoras de Serra do Navio, em que compartilham o seu cotidiano e as dinâmicas referentes ao trabalho doméstico não remunerado, suas trajetórias até chegarem a Serra do navio, os seus trabalhos nos ambientes privados, os horários determinados para cada responsabilidade, trabalhos remunerados e as vistorias feitas em suas casas, de maneira a relacionar estas experiências individuais a reflexões sobre o capitalismo e o patriarcado.

No quarto capítulo trabalharemos com os artigos da revista *Icomi Notícias*, analisando como eram representadas as donas de casa, mães, esposas, e assuntos relacionados a limpeza, beleza e maternidade. Destacaremos as discussões em torno do trabalho gratuito e, através da premiação em concurso promovido pela Revista, em Serra do Navio, refletiremos sobre os estímulos feitos pela empresa para controle dos

espaços privados e como incentivo à permanência das mulheres no gerenciamento do lar.

No quinto capítulo esta relação de controle da empresa sobre as habitações das residências de Serra do Navio é analisada a partir os Relatórios de Saúde, produzidos pelos guardas sanitaristas responsáveis pelas vistorias nas moradias. Nesse capítulo também haverá a análise do documento “Normas de Procedimentos de Vilas”, que representou a tentativa rígida de orientar as esposas sobre como a indústria queria que os trabalhos domésticos fossem realizados. Esse caminho feito durante os capítulos é a tentativa de visualizar o percurso que a Icomi escolheu trilhar para manter o controle nos ambientes privados das famílias que moravam na *company town*, além de entender como funcionavam os trabalhos domésticos gratuitos. Por fim, apresentaremos as considerações finais e as referências usadas na elaboração da pesquisa.

2 CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ E O INCENTIVO À EXPLORAÇÃO DO MANGANÊS

Os grandes projetos na Amazônia marcaram a segunda metade do século XX, e a criação de Territórios Federais, possibilitou à União um controle ainda mais acirrado de regiões consideradas estratégicas, no Amapá este controle permitiu ao governo Federal reorganizar social, política e economicamente, inclusive permitindo a instalação da Icomi em Serra do Navio, *Lócus* desta pesquisa.

Antes da promulgação da Constituição de 1934 houve uma proposta constitucional de 1933, que continha um capítulo especialmente dedicado aos Territórios Federais. Em seu artigo 85, essa proposta estabelecia que “as regiões fronteiriças com países estrangeiros insuficientemente cultivadas e de população inferior a um habitante por quilômetro quadrado, ou desabitados, constituirão Territórios, cujos limites serão fixados na lei que os organizar” (Silva, 2017, p. 65). Esse projeto foi criado por uma Comissão do Itamaraty e, segundo a historiadora Maura Silva (2017), o propósito do governo varguista de criar Territórios Federais teve que esperar até a implantação do Estado Novo para se concretizar, permitindo à União o controle de áreas específicas que possuíam riquezas naturais.

As alegações levantadas para a criação de territórios se pautavam na defesa nacional, nas dificuldades humanas para a proteção das fronteiras e na falta de habitantes nesses locais. Com a Constituição de 1934, o artigo 85 acabou sendo afogado, já que a bancada paraense, em sua maioria, não estava de acordo com o desmembramento de uma parte da sua região (Silva, 2017, p. 66). Somente com a Constituição de 1937, já durante o Estado Novo, houve a adição do artigo 6º, em que abria o caminho em que “a União poderá criar, no interesse da defesa nacional, com partes desmembradas dos Estados, Territórios Federais, cuja administração será regulada em lei especial” (Silva, 2017, p. 68). É nesse cenário que o Território Federal do Amapá é criado, Leal também cita que não havia apenas motivos históricos, mas sim “em virtude de ser a região norte-oriental do Pará via de acesso aos centros de exploração de produtos estratégicos da Amazônia”, e em 1944 Janary Nunes é nomeado governador do mais novo Território Federal. O então governador do TFA teria como principal função “dispor de mecanismos que impulsionasse o crescimento econômico do local” (Paz, 2011, p. 22), e uma das primeiras atitudes do governo foi a de iniciar pesquisas e políticas de exploração.

A partir do projeto de pesquisa de minerais, foram encontradas no TFA jazidas de ferro, cassiterita, tantalita, cromo, bauxita, caulim, ilmenita, columbita, pedras preciosas e semi-preciosas. Em 1946 foram encontradas jazidas de manganês do rio Amaparí, e o governo passou a buscar empresas para a extração, além de ser criado o Decreto-Lei nº 9858 que tornava o manganês do TFA uma reserva nacional. Em setembro deste mesmo ano foi lançado um edital no Diário Oficial da União em que anunciava a busca por empresas dispostas a investir na exploração do minério no Território Federal do Amapá. Um mês após a publicação do edital, o empresário Augusto Antunes (presidente da Indústria e Comércio de Minério de Ferro e Manganês - Icomi) demonstrou interesse e até visitou as jazidas. Segundo Adalberto Paz:

Após uma concorrência acirrada, o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia declarou vencedora a Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Minério de Ferro e Manganês (ICOMI), uma das empresas que fornecia minérios para a Usina de Volta Redonda, no Rio de Janeiro (Paz, pag. 183, 2013).

A Icomi recebeu liberação para a exploração em 1947 assinando o contrato com o TFA, junto com uma observação de que as atividades deveriam iniciar antes de março de 1948. Em 1949, o anúncio de que a Icomi estabeleceria sociedade com a Bethlehem Steel, uma empresa norte americana, gera várias críticas, já que o manganês do Amapá era, por decreto, considerado uma reserva nacional. De acordo com Drummond e Povoas, a Icomi já estava planejando fazer essa parceria há muito tempo, afirmando que esse anúncio não era “surpreendente” (Paz, 2011, p. 49). Devemos ter em mente que nesse momento o cenário mundial era o período da Guerra Fria e a União Soviética havia suspenso as suas exportações de manganês, ou seja, o mercado internacional estava com falta desse minério.

Com esses acontecimentos, o Amapá passou a ter um destaque (Paz, 2011, p. 22) significativo na visão dos exportadores visando o abastecimento de manganês para o mercado global. A então descoberta foi altamente divulgada, principalmente com o intuito de reforçar ainda mais o objetivo do governo territorial que era descrito como de incentivo ao “desenvolvimento econômico e social” (Paz, 2011, p. 44). Nos anos seguintes a migração para o TFA foi grande, colocando efetivamente o intuito do governo de “reprodução do capital, geração de lucro e exploração da mão-de-obra” (Paz, 2011, p. 52), além de ter a propagação de anúncios e táticas para atrair trabalhadores de todo o Brasil (Matos, 2022, p. 55).

Com a liberação da exploração, houve outra preocupação: o local de instalação da moradia dos futuros trabalhadores já que “mineradoras precisam se instalar o mais próximo possível da região onde se encontra o minério” (Paz, 2011, p. 128). Sendo assim, a construção da *company town* de Serra do Navio e Amazonas foi um ponto central para o planejamento da Icomi, tendo características tanto administrativas quanto estruturais bem singulares. De acordo com Adalberto Paz, esses locais de moradias deveriam estabelecer um padrão de qualidade de vida significativa, visto que os profissionais especializados que iriam para lá eram de nacionalidades e origens diferentes e que estariam se acostumando a viver em uma floresta tropical. Além de “cumprir a função de ajustar e normatizar a maioria dos moradores locais não-especializados”, perceberemos ainda mais esse objetivo quando analisarmos a divisão das moradias, os relatórios gerais e as normas de procedimentos que esses locais eram rígidos, vigilantes e classistas.

Ainda de acordo com Paz, o período de tempo previsto para que a Icomi realizasse a exploração do manganês na região era extenso, logo, deveria haver um local para que seus trabalhadores e familiares pudessem residir contendo tudo o que fosse necessário já que a *company town* seria bem no meio da floresta amazônica, além de que “não fosse posto em risco o substancial investimento feito no Amapá” (Paz, 2011, p. 132). O arquiteto escolhido para desenvolver esse projeto foi Oswaldo Arthur Bratke, que ainda não tinha desenvolvido nenhum trabalho com essa magnitude, e para isso visitou vários locais que se assemelhassem ao que a Icomi estava querendo. Oswaldo foi até em moradias feitas pela então associada Bethlehem Steel no intuito de ver, saber e estudar mais sobre as futuras instalações que iriam ser construídas no Amapá, mas segundo ele, os exemplos que pegou serviram mais para saber o que não fazer do que o que fazer. Adalberto Paz, analisando as tabelas montadas pelo arquiteto demonstra como a indústria não tinha a intenção de contratar muitas mulheres, restringindo ao máximo o seu número. Entretanto, em 1960 há o início de contratação de mulheres solteiras para ocupar os cargos do magistério e no hospital, mas sempre em alojamentos separados, longe das ocupações familiares e dos homens solteiros, com a desculpa de que “a localização dos alojamentos de solteiros em relação às residências de família assume importância de caráter moral, em localidades de rotina monótona” (Paz, 2011, p. 134).

Outro ponto interessante nos estudos que Bratke fez antes do projeto final foi observar as casas dos moradores locais, denominadas como habitações caboclas (Paz,

2011, p. 136). Em geral, estas residências eram divididas em três partes: varanda, um cômodo fechado que seria o quarto do casal e outro aberto onde seriam feitas as refeições, e não possuíam banheiros. Essas visitas e observações serviram de parâmetro para a construção dos locais em que os operários iriam morar, mantendo de algumas coisas e alterando outras, como por exemplo, as redes que Bratke substituiu por camas. As casas projetadas para operários não contavam com algumas mobílias e eletrodomésticos, e a questão dos banheiros era diferente de acordo com sua localização, sendo externos ou em anexo às casas, pois “só seriam liberados depois que a empresa julgasse que os operário-caboclos já estavam suficientemente educados quanto à necessária manutenção e asseio dos banheiros” (Paz, 2011, p. 137).

Em documentos, revistas e entrevistas o termo “Vila” é utilizado como a nomenclatura usual para os locais em que os trabalhadores e seus familiares moravam em Serra do Navio. É importante, aqui, deixar clara a diferença entre uma Vila Operária e uma *Company town* para podermos analisar a forma em que esses moradores estavam inseridos nesta sociedade. Segundo Adalberto Paz (2011), a vila operária “possui pouca relação com o contexto mais amplo ou com os processos sociais que as conceberam, além daqueles fins baseados na vontade particular dos empresários”, ou seja, as empresas não influenciavam diretamente nas vidas de seus empregados ou em suas relações sociais.

Por outro lado a *Company town* “é a administração produtiva e social, tendo o seu acesso rígido visto por ser uma área particular”, ou seja, a empresa influencia diretamente a vida desses moradores. Outra diferença é que enquanto a vila operária não possui nenhum tipo de “benefício”, a *company town* disponibiliza serviços diversos como: cinema, salões de festas, piscinas, entre outros. Essas construções de moradias foram muito comuns entre os séculos XIX e XX e, como afirma Adalberto Paz, empresas que pretendiam se instalar na Amazônia tendiam a optar por esse modelo, e a construir complexos habitacionais já que a maioria dos locais de trabalho era bem no meio da floresta. Para a instalação da Icomi no Amapá esse processo significou também a imposição de novas relações sociais, a partir de uma visão empresarial de modernização e controle e da tentativa de mudar o hábito dos trabalhadores locais.

As atividades de exploração, que foram iniciadas na década de 1940, só serão concluídas duas décadas depois quando são efetivamente abertas as moradias do local, possuindo a divisão de tipos de habitações destinadas aos operários, ao pessoal intermediário e aos funcionários de alto escalão, divisão que, segundo a indústria seria

“para atender aos mais variados casos” (Icomi, 1983, p. 141). Observamos que a Icomi fazia uma divisão de seus funcionários a partir de alguns critérios, sendo o primeiro baseado economicamente em funções e salários, além da divisão entre os solteiros e os casados. Nessa cidade particular e privada havia mercado, hospital, escolas, salão de festas, clube com piscina e cinema, para o entretenimento de seus funcionários e familiares que não possuíam vínculo empregatício com a indústria, fortalecendo assim o monitoramento e “satisfação” da população que lá residia.

Outro ponto interessante sobre a Icomi eram as suas políticas educacionais na escola da companhia. Nesta, os meninos eram incentivados ao máximo a serem familiarizados com os trabalhos da mineradora, enquanto para as meninas eram ofertadas disciplinas como corte, costura e bordado, afim de se “tornarem futuras donas de casa ideal ao padrão da empresa” (Medeiros, 2021, p. 49). Percebemos, então, que para além do monitoramento constante das moradias, os programas de educação para o lar e economia doméstica eram uma forma acentuada de influência nas vidas de seus habitantes e que a indústria queria adentrar no ambiente privado das famílias moradoras da *company town*, e perpetuar a um “modelo de mulher” (Medeiros, 2021, p. 42), que já se vinha “idealizado” e “cobrado”, tanto pelo capitalismo quando pelo patriarcado, durante as décadas.

Toda a movimentação que aconteceu na região norte: criação do Território, a seleção da Icomi para a exploração do manganês na região e construção das moradias, ocorreu em períodos conturbados da política nacional e mundial. Um projeto como esse começou com o Estado Novo, durante o governo Vargas, mas continuou e ganhou forças durante a república populista, e principalmente durante a Ditadura Empresarial-Militar¹. Nas décadas de 1950 e 1960 havia o sentimento do “golpismo histórico” (Napolitano, 2014, p. 17), estávamos em meio a Guerra Fria, o medo do comunismo estimulado pelos Estados Unidos da América era grande, o que fortaleceu a “crise política conjuntural do seu governo” (Napolitano, 2014, p. 17), ou seja, o mundo estava passando por uma guerra de ideais, na qual o Brasil estava inserido. Marcos Napolitano indica o final dos anos 1950 e início dos 1960 como o período de ponto de tensão, principalmente com a polêmica condecoração de Ernesto Che Guevara em 1961 por parte de Jânio Quadros. Nesse mesmo ano Jânio renunciou ao cargo de presidente, o que colocaria seu vice, João Goulart, na reta para a presidência, de acordo com Napolitano,

¹ Termo utilizado no artigo NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. Editora Contexto, 2014.

Jânio acreditava que o congresso iria vetar a posse de Jango e a população iria sair nas ruas pedindo a sua volta, porém nenhuma das duas coisas aconteceram.

Assim, João Goulart se torna o novo presidente do Brasil e apresenta projeto de “reformas de base”, em 1962, o que preocupou a direita brasileira, que via nessa movimentação um possível golpe comunista, por outro lado a esquerda brasileira se posicionou em defesa destas reformas. Neste cenário, no ano de 1964, se tem a movimentação concretizada da classe dominante liderada pelas forças armadas com o apoio do governo norte-americano (Melo, 2014, p. 90) para tirar o presidente João Goulart do poder e assim acontece o golpe empresarial-militar. O emprego do termo Empresarial-Militar está pautado na representação dos interesses de empresários e militares, principalmente nas estruturas do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que, para Dreifuss, representavam seus “próprios interesses corporativos, no seu presente e futuro desenvolvimento, transcendendo os limites corporativos da classe puramente econômica e podem e devem também se tornar interesses de outros grupos subordinados” (Dreifuss, 1981, p. 161) e que resolveria a crise política daquele momento com “um golpe preventivo” empresarial-militar.

Eles evoluíram de um grupo “limitado para um grupo político sofisticado” (Dreifuss, 1981, p.161). Augusto Antunes, presidente da Icomi, fazia parte do IPES e, de acordo com Dreifuss, era um membro articulado em sua “próspera campanha de recrutar, e também envolvido, na obtenção dos serviços de diversos oficiais da reserva”. No Território Federal do Amapá vemos uma “complexa aliança empresarial-militar que teve na região amazônica seu mais fértil terreno” (Pereira, 2022, p. 36). Segundo o pesquisador Higor Pereira (2022), em 1996 foi publicado um obituário no *O Globo* em que recordava o ganho de Augusto Antunes, que cita o fechamento do canal de Suez em 1956, bloqueando para o Ocidente o transporte de manganês da Índia e a Guerra Fria com a União Soviética também não fornecendo o manganês para os EUA (Pereira, 2022, p. 40), como pontos cruciais que o mercado internacional estava necessitado do então mineral.

Para além de empresários, Dreifuss também cita professores universitários, técnicos e peritos que iriam colaborar para consolidar uma imagem de fachada repassada para a população, essa imagem era de que o IPES nada mais era que um Instituto para:

Promover a educação cultural, moral e cívica dos indivíduos, desenvolver e coordenar estudos e atividades de caráter social e por meio de pesquisas objetiva e discussões livres, tirar conclusões e fazer recomendações que irão contribuir para o progresso econômico, o bem-estar social e fortificar o regime democrático do Brasil (Dreifuss, 1981, p.164).

Mas a realidade era que esse Instituto trabalhava na articulação de campanhas políticas, ideológicas e militares, em que manipulavam opiniões e recrutavam ainda mais pessoas para continuarem as suas operações, tanto públicas quanto secretas. Em uma explicação mais abrangente, Dreifuss afirma que o IBAD era a unidade tática enquanto o IPES era como o centro estratégico, ou seja, onde se planeja tudo, o que explicaria a exposição maior do IBAD em relação ao IPES. Essa organização resultou em um dos principais centros de conspiração que depôs o presidente João Goulart em 1964 (Melo, 2014, p. 91), tendo a força dos militares e apoio massivo dos Estados Unidos.

Com o golpe Empresarial-Militar em 1964, os anos seguintes foram carregados de censuras, tendo como explicação para algumas delas, a defesa da moral e dos bons costumes. O que para alguns estudiosos seria uma forma de ação contra a política, para Adrianna Setemy (2018) era algo para, além disso, era uma vigilância da moral e dos ditos bons costumes, colocando em pauta a preocupação dos ditadores em “proteger os valores da família cristã”. Setemy afirma que publicações consideradas obscenas eram vistas como ameaças a segurança nacional, por isso que se instaurou e institucionalizou a censura a essas publicações, tendo assim, uma batalha entre as forças que poderiam dominar a “cultura da vigilância à liberdade de expressão” (Setemy, 2018, p. 173). Ainda de acordo com a historiadora, esse instrumento de repressão era uma forma de se legitimar perante a sociedade, além de satisfazer os interesses políticos do regime.

Foi nesse cenário nacional e internacional que a Icomi foi se instaurando e ganhando força. O Amapá era visto como uma terra inabitada, porém rica, que precisava ser salva, organizada e estimulada aos moldes capitalistas, o que era sinônimo de exploração e enriquecimento de um número determinado de pessoas. Para isso funcionar, além do aval da União, foi preciso a articulação e princípios tanto morais quanto estruturais para que pudessem monitorar os trabalhadores e seus familiares. Para a análise deste momento histórico ainda deve-se levar em conta que no período desses

acontecimentos havia real demanda internacional de manganês e que a necessidade do minério por outros países tornava estratégica a posição da empresa em terras amazônicas, que contribuiu para o reforço, na *company town*, “da moral e os bons costumes” preconizados pelo regime como forma de combater ideais comunistas. A partir desse contexto regional, nacional e internacional, iremos analisar o cotidiano de mulheres, esposas e filhas que foram colocadas em moldes sociais, ensinadas dentro e fora de casa como deveriam se comportar, cobradas e analisadas conforme suas atitudes em seus ambientes privados.

3 RESPONSABILIDADES DISTRIBUIDAS DE FORMAS DIFERENTES

Pensar em divisão sexual do trabalho é pensar em algo pré-estabelecido pela sociedade capitalista e patriarcal, é pensar nas dificuldades cotidianas que se estabelecem conforme trajetórias e possibilidades diferentes que mulheres e homens possuem. Flávia Biroli (2018) aponta que são “possibilidades totalmente diferentes entre gêneros em que os homens são liberados e as mulheres não”. É um caminho “destinado” a ser trilhado por mulheres, em que se quiserem algo além devem saber conciliar com suas demais “obrigações”. Biroli afirma que há o entendimento que a divisão sexual do trabalho permeia as relações sociais e é fundamental na sua organização, o que nos permite já *a priori* tentar analisar como são essas relações sociais, como elas funcionam, se perpetuam e se solidificam, e como esse seu funcionamento beneficia o capitalismo.

A autora indica, em relação às abordagens de escritoras feministas de tradição marxista, que estas “acreditam na posição das mulheres nas relações de trabalho sendo o cerne das formas de exploração que caracterizam a dominação de gênero, ou o patriarcado”, e evidencia como, a partir desta perspectiva teórica, essas mulheres são vistas e colocadas em relação aos seus trabalhos de forma diferente das posições em que os homens são vistos e colocados: neste modelo de sociedade, capitalista e patriarcal, as mulheres dificilmente ocupam cargos superiores aos dos homens, e, quando estão em posições funcionais mais altas seus salários não são os mesmos que os de homens que desempenhem funções correlatas, ou seja, a mais-valia que incide sobre seus trabalhos é ainda maior, ancorada na justificativa de seus gêneros. Dessa forma, é possível detectar os locais que a Icomi desejava que as mulheres preenchessem: casa, escola e hospital.

O historiador Adalberto Paz (2011), em sua pesquisa que acompanhou as várias transformações que se processaram no Amapá a partir da instalação da Icomi na região, realizou entrevistas com antigos moradores de Serra do Navio, Claudete Santana Souza da Silva, Zenira Vieirada Silva, Maria Benjamin Gomes e Raimundo da Silva Magalhães. Tivemos acesso à íntegra das entrevistas e nesta sessão do trabalho utilizaremos os depoimentos de Zenira Viera da Silva e Claudete Santana Souza da Silva que nos auxiliam a compreender as singularidades nas vivências daquela *company town* em relação às mulheres e seus cotidianos de trabalhos não remunerados. As duas entrevistas foram feitas em 2010, tendo a duração de uma hora, vinte e sete minutos e cinquenta e um segundos o da senhora Claudete Santana Souza da Silva, enquanto o da

senhora Zenira Vieira da Silva teve a duração de duas horas, vinte e um minutos e trinta e três segundos.

Claudete chegou a Serra do Navio em 1959, depois que seu pai faleceu e ela teve que se mudar para Serra do Navio e morou com a sua irmã e seu cunhado. Com 18 anos a entrevistada foi fazer um curso de atendente antes da inauguração do hospital, logo após passou em uma seletiva e então começou a trabalhar. O seu trabalho envolvia:

Cuidar das crianças, a gente só não fazia medicação, a gente dava banho nas crianças, levava neném para mamar, dava banho nos recém-nascidos, trabalhava lá no centro de material, ajudava na sala de parto. Tudo a gente fazia, só não cuidava de medicação, que era sempre auxiliar de enfermagem ².

Segundo Claudete, o hospital foi inaugurado em Serra do Navio em agosto de 1959, neste ano a *company town* já estava pronta, segundo ela. Uma de suas funções também era a de realizar as visitas nas casas dos moradores, em que:

Procurava a limpeza da casa, como era vacinação das crianças, o tempo em que as pessoas ficavam sem fazer exames periódicos. Tudo isso a gente via por que pelo prontuário se estivesse atrasada a gente era chamada para fazer, era obrigatório mesmo a pessoa ir ³.

Ao longo de sua fala explica que havia visitas na casa dos moradores em que os auxiliares de enfermagem e os guardas sanitaristas faziam essas vistorias separadamente, nunca em conjunto. Uma das contestações de Claudete é sobre as contratações que, em sua maioria, a Icomi “só contratava solteiras (enfermeiras), ninguém era casada. E depois começaram a admitir pessoas daqui de Macapá” ⁴. Como vimos no capítulo anterior, essas mulheres ficavam em um alojamento específico para solteiras na vila intermediária, que também recebia visitas de inspeção, entretanto, não era cobrada delas a limpeza do local visto que a indústria disponibilizava uma funcionária para fazer o trabalho de limpeza.

Essa profissão era vista como trabalho feminino, sendo a imensa maioria das funcionárias no setor da saúde e educação composta por mulheres, que ainda deveriam ser solteiras. Esta divisão do trabalho remunerado por gênero não era uma peculiaridade da Icomi, sendo uma visão que era compartilhada no Brasil todo, na sociedade em geral, e esse fato colaborou para a negligência dos salários dessas profissões ao longo das décadas. Maria Matos e Andrea Borelli (2013) vão explicar que essa “permissão” do

² Entrevista de Claudete Santana Souza da Silva cedida a Adalberto Paz em 2010.

³ Ibidem.

⁴ Ibidem.

Estado para que as mulheres trabalhassem nessas profissões, principalmente a do magistério, acontecia porque esses trabalhos remunerados poderiam ser exercidos em “meio período”, o que significava que no restante do dia as mulheres poderiam se dedicar aos trabalhos domésticos, aos cuidados dos filhos e do marido, ou se fossem solteiras, auxiliar suas mães nas tarefas de casa.

Ao longo dos anos Claudete conheceu seu futuro esposo e namoraram por algum tempo, com cuidados já que:

Lá era muito rígido com relação a namoro. Só podia namorar na porta, não podia entrar, é, não podia Deus o livre! Se chegasse a saber que um namorado entrou dentro da casa para conversar e dormir, era demitido ⁵.

Quando era solteira a entrevistada morava na Vila Intermediária, mas assim que se casou foi morar em uma casa da Vila Primária, já que seu esposo era um operário. O curioso é que mesmo tendo um curso de especialização e já morar na Vila Intermediária, a Icomi preferiu conduzir sua família a escolher uma casa na Vila Primária, pois seu esposo era da Vila Primária, ou seja, a prioridade era o status do homem e não o da mulher.

Em sua entrevista, Claudete afirma ainda que depois que se casou começou a ser cobrada com relação à arrumação de sua residência:

Sim, tinha as visitas domiciliar. Teve um tempo que até as donas de casa ganhavam um prêmio, tinham a casa arrumada. Não podia mexer no padrão que tinha que ser aquele padrão mesmo. Não podia mexer em nada ⁶.

Com essa fala de Claudete percebemos como a padronização das casas deveria ser rigorosamente seguida, sendo um dos pontos principais das visitas domiciliares, afirmando uma junção dos moldes patriarcais e capitalistas das vivências na *company town*.

Cristhine Delphy (Biroli, 2018, p. 25), ao sistematizar as leituras e compreensões sobre os papéis de gênero, apresenta, por exemplo, o entendimento de que o capitalismo e o patriarcado são sistemas distintos, que se sobrepõe e incidem um sobre o outro. Discordando desta leitura, opto pela explicação proposta pelas feministas marxistas. Em minha percepção o patriarcado e o capitalismo andam junto, um completando o outro, principalmente nas configurações no meio do trabalho, em suas relações, em seus pagamentos ou até mesmo em suas oportunidades. Podemos usar como exemplo

⁵Entrevista de Claudete Santana Souza da Silva.

⁶ Ibidem.

também a separação que existe entre a casa e o trabalho remunerado como uma justificativa de hierarquias dentro e fora dos espaços domésticos familiares. O que nos leva a ressaltar as responsabilidades distintas atribuídas às mulheres e aos homens, e a divisão social dos trabalhos não remunerado e remunerado, que, segundo Biroli (2018), seria a base patriarcal do capitalismo.

Podemos observar isso na entrevista de Zenira Vieira da Silva, que morou na sua infância com seus pais e dois irmãos, entre os anos de 1957 a 1960, na *company town* de Serra do Navio, onde seu pai era guarda sanitarista contratado da Icomi e sua mãe era dona de casa. A dinâmica de divisão de tarefas de acordo com os gêneros e o controle da empresa sobre os mais diversos aspectos das vidas dos moradores até mesmo no que se refere à questão das compras de alimentos do mercado da *company town* (uma das tarefas “direcionada” as donas de casa) aparece em alguns trechos de seu testemunho. Segundo a entrevistada, cada família recebia um cartão intitulado “cartex” que tinha um limite de compra, já que a empresa tinha uma nutricionista que calculava o que cada família necessitava e, assim, colocava um limite de compra pra cada cartão:

Você tinha acesso ao mercado, à vila de modo geral só tinha um supermercado, então lá era onde todo funcionário fazia sua compra, agora ao redor do supermercado tinha particulares que você podia colocar sua lojinha perto do mercado com o aval do Staff. Cada funcionário tinha um cartão que tinha todos os itens e produtos que o mercado oferecia. Um exemplo: açúcar, aqui na direção do açúcar era para o mês todo, e era cheio de quadradinhos. Você chegava lá e comprava 2 kg de açúcar, tinha um funcionário que lhe atendia. A Icomi mandava buscar em fábrica e vinha para você por custo zero, por que tinha esse cartão? Para controle, pois tinha uma nutricionista que calculava a quantidade por pessoa que iria consumir durante o mês, aí vinha café, arroz, verduras e legumes, tudo. Você não podia comprar pra terceiros. Lá na Icomi não faltava nada, ela vendia por preço de custo, leito em pó você tinha direito a tantas latas, aqui era 4,00 reais, mas lá era 1,00 real e era muito, o cartão ficava lá, a gente chamava de “cardex”. Por que você pegava o cartão e levava para o caixa. Você via o controle que tinha.⁷

A preocupação com a quantidade de produtos comprados ao longo do mês era evidente, se acabasse o “limite” de compra a família tinha que esperar até o mês seguinte para poder comprar os produtos de que necessitasse e a administração do crédito designado pela empresa para a unidade familiar era entendida como uma tarefa a ser desempenhada pelas esposas, mesmo que não de forma explícita em regras ou

⁷Entrevista de Zenira Vieira Silva cedida a Adalberto Paz em 2010.

normativas, essa atribuição de tarefa incidia como uma “determinação” velada sobre a divisão de tarefas no âmbito doméstico.

Essa diferenciação de trabalhos que são entendidos como masculinos e como femininos pode ser entendida como característica do capitalismo, o que Flávia Biroli define como configuração de grupos divididos em um arranjo social no qual o grupo masculino “se apropria da força de trabalho feminino, se beneficiando coletivamente desse sistema” (Biroli, 2018, p. 25). Neste modelo pressupõe-se uma organização familiar que possibilitaria aos homens mais acesso a empregos remunerados tendo como apoio o trabalho não remunerado das mulheres, e “esse acesso gratuito se define em uma relação: o casamento” (Biroli, 2018, p. 25). Trabalho esse que dentro de casa não é visto e muito menos reconhecido, mas fora das residências passa a ter um valor econômico. Nesta proposta explicativa, a divisão de trabalho entre os gêneros seria uma base de sustentação e reprodução da sociedade capitalista.

Um bom exemplo disso é quando analisamos o dia a dia da família da dona Zenira e como sua mãe realizava os seus trabalhos:

Durante a semana os funcionários 07:00 horas já estavam no trabalho, aqui para a primária e intermediária, passavam os caminhões, ao redor da primária eram 12 ruas, os caminhões começam a passar 06:45, os funcionários ficavam no canto da rua. Nós íamos para a escola 06:30, por que a aula de educação física era cedo, aí lá na escola tinha banheiro das meninas e dos meninos tudo bonitinho, a gente já ia com uniforme de educação física. No caso da mina eles trabalhavam por turno, aí você entrava 07:00 horas e saía 11:00, tinha só uma hora para almoçar. 11:10 você já tá em casa e sua esposa já tinha que deixar tudo pronto pra você almoçar, pois quando desse 11:50 o caminhão já vinha ⁸.

Nesta descrição pode-se perceber como uma das bases de sustentação da vida dos trabalhadores da indústria é constituída pela mão de obra não paga e o trabalho não remunerado das mulheres da família, e observando as fontes desta pesquisa há a constatação da reprodução e afirmação do lugar “ideal” das mulheres na vida organizada pela empresa na *company town*, a apropriação da força de trabalho feminino e a necessidade que a indústria demonstrava aos cuidados para a reprodução de sua força de trabalho majoritária: seus trabalhadores masculinos.

Biroli (2018) afirma que as desigualdades na construção das hierarquias entre homens e mulheres não pode ser pautada na cadeia causal que as posiciona desigualmente na sociedade. Mesmo havendo uma concordância entre Biroli com a

⁸ Entrevista de Zenira Vieira Silva.

pesquisadora Sylvia Walby, discordo do ponto de suas afirmações sobre as desigualdades de gênero analisadas em um nível estrutural, ao afirmarem que se organizam em uma dinâmica que vai do mercado para a família. Acredito que o mercado de trabalho reflete as práticas do patriarcado, a reclusão e domesticidade feminina saem do meio familiar e se instalam em várias áreas do trabalho remunerado, ou seja, o capitalismo juntamente com o patriarcado impõe o ambiente que seria o “ideal” para as mulheres.

Uma prova é a distribuição desigual das tarefas domésticas. Enquanto um homem é, historicamente, liberado desses afazeres, as mulheres (desde jovens) são ensinadas sobre como devem realizar tais tarefas. Na prática vemos isso acontecer na vida da entrevistada:

Minha mãe ela era doméstica, não tinha estudo, ela estudou até a segunda série do primário lá no Amapá, no interior. Minha mãe era doméstica mesmo, ela tomava conta da casa. Agora eu, que era mais velha, sempre ajudei a minha mãe no serviço doméstico, nunca tivemos empregada. Nunca. Nem lá e nem na Vila Amazona, ela não dava conta de tudo pela manhã, ela fazia o almoço, a casa ficava pra mim limpar, como eu tinha nove anos, ainda não dava conta, assim, de lavar roupa, ela que lavava, né? Eu ajudava em parte”, ela completa falando que: “Depois vou lhe explicar o Staff, o Intermediário e o Primário não tinha direito a máquina (de lavar roupa) ou Geladeira, nada, só o Staff, tudo era feito na mão. Era fogão a lenha, no começo era a lenha, a lenha você comprava. Nas cartilhas vinham as orientações⁹.

Em sua fase adulta, responsabilidades como: maternidade, cuidado com o marido e com a casa são reforçadas, o que resulta na “descontinuidade das trajetórias profissionais” (Biroli, 2018, p. 27), visto que tanto para focar em trabalhos remunerados e continuidades profissionais há a necessidade de tempo livre, e para uma mulher casada, responsável pela criação dos filhos e cuidados da casa, é difícil conciliar as “exigências domésticas e o cotidiano de trabalho” (Biroli, 2018, p. 27), juntamente com sua profissionalização. Segundo Christine Delphy (Biroli, 2018, p. 29), a exploração vivida no sistema econômico e familiar é comum a todas as mulheres, porém não é vivida da mesma forma. As diferenças de classe e raça entre as mulheres, não as coloca no mesmo patamar na hierarquia, por exemplo, uma mulher branca, de classe média alta possui mais acesso a educação, tempo livre e trabalho remunerado, porém, apesar desses “benefícios”, essas mulheres brancas ainda sofrem explorações, inerentes ao sistema capitalista e patriarcal mesmo que não na mesma intensidade que as mulheres

⁹Entrevista de Zenira Vieira Silva.

negras e de baixo poder aquisitivo sofrem, visto que (na maioria dos casos) não possuem tanto acesso a educação, tempo livre e consequentemente a bons empregos.

A divisão de quem fica em casa cuidando dos afazeres domésticos e de quem vai para fora de casa trabalhar, se pauta na “justificativa biológica”, ou seja, o homem seria mais forte fisicamente do que a mulher, nesse caso a responsabilidade de ser o provedor recairia sobre ele. Além de associarem a mulher ao “dom” feminino do cuidado e sua pretensa “natureza” materna, esses valores socialmente reforçados são endossados por sistemas como a religião, a moral e a educação. Neste modelo social, os homens ficam liberados socialmente e religiosamente dos trabalhos domésticos, entendidos como tarefas exclusivamente femininas.

O historiador Sidney Lobato (2013) demonstra as imposições do Estado e da Igreja amapaense pós-1940, no incentivo para que as mulheres a ficassem em casa e que não cogitassem a busca por um trabalho remunerado fora da esfera do lar. Em Serra do Navio esses incentivos e imposições tiveram ferramentas que uniram os meios de comunicação e as regras criadas pela *company town* para acentuar ainda mais o modelo de família e os comportamentos de gênero desejados pela empresa. Tanto as edições da revista *Icomi Notícias* quanto às vistorias feitas às residências são indícios de como havia um projeto que, além de incidir na dinâmica de vivência dos moradores e de vigiá-los de perto, pretendia que as mulheres ficassem em suas casas e se dedicassem ao máximo aos seus trabalhos não remunerados.

Sobre as vistorias, a entrevistada Zenira Vieira afirmou que:

Todos receberam, eram todas as normas que cobravam a dona da casa e o dono da casa. Você saia da sua casa, a obrigação da sua esposa era deixar tudo em ordem: banheiros, cama, quarto, por quê? Por que não tinha hora nem lugar, para parar na porta da sua casa, de ônibus, esse senhor sanitarista com um homem ou dois iriam te visitar, Você não era avisado, então o sanitarista poderia a qualquer momento ir visitar a sua casa sozinho ou com uma equipe de visitante. Aí ele chegava e dizia "Bom dia senhora, nós estamos aqui com uma equipe e viemos visitar a sua casa". Isso também não era 07:00, mas sim 09:00 – 09:30, se a sua casa estivesse de pernas pra baixo, ele não dizia nada para você, ele fazia o relatório dele, depois ele vinha na sua casa conversar com sua mãe "olha fulana, viemos aqui naquele dia e tal, isso não pode acontecer, tinha visitantes, então da próxima vez." Se na segunda vez não houvesse mudança, você que é funcionário seria chamado também. Entendeu? Primeiro se conversava com ela, não era briga, era uma conversa com puxão de orelha. Na cartilha tinha, como você cuidar da sua casa tudo, tudo, você tinha que manter sua casa limpa, arrumada, tudo, tudo, devido essas visitas. Se você fosse criar cachorrinho você

tinha que comunicar ao setor sanitaria e eles te dariam outras normas, tinha que ter o controle ¹⁰.

A questão do cuidado, conjunto de tarefas e trabalhos incentivados, perpetuados e associados às mulheres também é um ponto que Flávia Biroli (2018) discute e que nos leva a entender que essa posição está relacionada a desigualdades de gênero, raça e classe, sendo que as “relações de cuidado demandam tempo, e em sua forma privatizada, dinheiro” (Biroli, 2018, p. 39). Todos nós em alguma fase de nossas vidas iremos necessitar de cuidados, mas quem é “designada” a cuidar de pessoas idosas, crianças ou deficientes é a mulher, por, neste modelo social, “estarem posicionadas como cuidadoras”. O que nos faz entender que as experiências de cuidado são diversas e hierárquicas, principalmente por conta de questões ligadas ao capitalismo, ao patriarcado e ao racismo.

Afim de sempre estar dentro do padrão imposto pela Icomi, as mães ordenavam e ensinavam suas filhas a as auxiliarem, indicando que, desde muito novas, as meninas são ensinadas a ser organizadas, comportadas, a ajudarem em casa, a ajudarem suas mães no cuidando de seus irmãos, e a sempre estarem à disposição. A perpetuação desses ensinamentos na esfera doméstica encaminha essas meninas, a desde cedo, a assumirem determinadas responsabilidades e funções “reforçando as divisões desiguais das tarefas domésticas” (Biroli, 2018, p. 44). Observamos isso na prática com a fala da entrevistada Zenira e como ela auxiliava sua mãe com os trabalhos de casa e cuidava de seus irmãos. E nessa perspectiva, em que a mulher sempre está na posição de provedora de cuidados e dificilmente está na posição de quem recebe os cuidados, Biroli indica uma perspectiva em que as mulheres são postas em relação a suas responsabilidades (Biroli, 2018, p. 48).

Percebemos então que o trabalho doméstico é visto como improdutivo/inútil isso está associada a quem o desenvolve, por ser um trabalho feito por mulheres e meninas, o capitalismo o “definiu” como algo que vem da “natureza feminina”. Flávia Biroli enfatiza que os homens são mais carentes e necessitados dos trabalhos feitos pelas mulheres (principalmente emocionalmente), do que as mulheres são dependentes das rendas dos homens. Ou seja, o cuidado com casa, comida, relação sexual e a atenção a ele dada é um aglomerado de necessidades que o homem está “acostumado” a receber, e que lhe foi ensinado desde sua infância pelas mulheres de sua vida (mães e irmãs) que

¹⁰Entrevista de Zenira Vieira Silva.

as coisas de casa ele não precisa saber, pois sua futura esposa deverá saber e cuidará dele, em uma reprodução dos modelos ensinados, reforçados e impostos dentro de uma sociedade patriarcal.

4 AS TRABALHADORAS NÃO REMUNERADAS NAS FOLHAS DA REVISTA *ICOMI NOTÍCIAS*

Uma importante ferramenta utilizada pela Icomi para semear ainda mais um modelo de vida para os habitantes da *company town* foi a revistas *Icomi Notícias*. A revista teve 36 edições, de janeiro de 1964 a agosto de 1967, que estiveram em circulação no Território Federal do Amapá. Devemos ter em mente que para entender o conteúdo reproduzido por matérias, deve-se compreender sua materialidade, aparência física, organização do conteúdo, aliados e públicos que serão alcançados (Pinsk, 2005). Sendo assim, vamos conhecer o corpo editorial da Revista Icomi Notícias que era composto por Euvaldo Simas Pereira (redator chefe), Mário Vasconcellos (redator), Fernandes Lima (revisor), Mário Parpagnoli (arte) e Jorge Mota (técnico gráfico) (Nunes, 2018).

Segundo Madureira e Silva (2023) o número inicial de exemplares foi de três mil, “medindo 25,5x34,0 centímetros, era impressa em papel *Couché*, de modo a garantir uma alta qualidade de impressão, tanto da capa quanto do miolo, pois este papel permite lisura e cores mais vivas em comparação com papéis de uso tradicional” (Madureira; Silva, 2023, p. 46). A revista é dividida em seções, a primeira é intitulada *UMA PALAVRA* onde estão cumprimentos e discursos de figuras importantes como o do presidente da Icomi Augusto Antunes. A segunda seção *VIDA NA ICOMI* vem com “apresentações de ações do cotidiano empresarial”, em seguida *EM DESTAQUE* para ter homenagens para alguns funcionários. Posterior a essa seção há a *TUDO PARA TODOS* com destaques aos acontecimentos do TFA, a *VISITANTES* estava voltado para figuras que iam a Serra do Navio e Santana como “políticos, cientistas e estudantes”. *SOCIAS* era para destacar as festas ou eventos, em *VÁRIOS* vinham com comemorações familiares dos funcionários e moradores, a seção *FEMINA* vem tratar sobre as donas de casa e seus ambientes privados, dando “dicas de organização do lar, costura e beleza”. Em *ESPORTES* era voltado para os esportes do TFA, ainda segundo Madureira e Silva, *CRAQUE DO MÊS* trazia uma pequena biografia, o *PÉ DE PÁGINA* era para colocarem notas de modalidades de esportes, por fim, a *ULTIMA PÁGINA* vinha indicando qual tema seria dedicado à próxima edição (Madureira; Silva, 2023, 46-48).

O grande lançamento da Revista foi no dia 18 de janeiro de 1964 na sede social do Santana Esporte Clube na Vila Amazonas. A partir deste ano, todo mês era publicado uma edição, somente em junho de 1966 que passou a ter publicação

bimestral. Elke Nunes (2018) vem ressaltar que por ser um produto jornalístico, a revista mantinha suas bases ideológicas carregadas de valores sociais, principalmente capitalistas e machistas. Na coluna intitulada *Femina*, os redatores focaram matérias cheias de orientações para os trabalhos domésticos, confecções de artesanato, receitas culinárias, dicas de beleza e também sobre como cuidar dos membros de sua família. Demonstrando o papel que ela –a revista- desempenhava no reforço do controle que a empresa pretendia desempenhar nas vidas de seus trabalhadores e suas de famílias. A tese de doutorado de Nunes apresenta uma visão sobre a concepção que a indústria tinha de seus trabalhadores e como a memória destes sobre a vida nas *Company towns* se encaixava com a vida retrada nas páginas da *Icomi Notícias*. No capítulo 3 da tese, “*As imagens da Revista Icomi Notícia como deflagradoras de um ideal de comportamento e moralização*”, a historiadora analisa o papel da revista para o projeto sociedade proposto pela Icomi para suas Vilas. Analisando as colunas e artigos especialmente voltados para as mulheres, mães e esposas da *company town*, a historiadora destaca e analisa as imagens e textos que compunham a revista, tendo como principal ponto a “imagem social idealizada pela empresa” (Nunes, 2018, p, 108).

Um exemplo interessante sobre o ideal de mulher proposto e apresentado na publicação está na edição de julho de 1964, nesta edição a coluna *Femina* ocupa a metade da página com fotografia que acompanha a matéria sobre “como embelezar a sua pele”, indicando cuidados especiais. Na imagem estão duas mulheres, uma em pé com roupas claras, passando um produto no rosto da outra mulher que está em sua frente sentada com a cabeça levemente inclinada para trás. Deve-se ter em mente que ao utilizar a fotografia como fonte histórica, que ela é construída a partir da ótica do fotógrafo (Nunes, 2018, p. 113), e da intenção com que foi feita. Segundo Mauad (2011) “ambas, a evidência histórica e a imagem, são construídas por investimentos de sentido”, vale interrogar, então, qual o ideal de beleza apresentado nas páginas da *Icomi notícias*.

A imagem destaca a importância da preocupação que as donas de casa devem ter com sua beleza. O artigo, que acompanha a fotografia, enfatiza um ideal de pele a ser alcançado pela “mulher bela”, indicando procedimentos e cuidados para que esse ideal fosse alcançado, incentivando as mulheres da *company town* a seguirem os mesmos caminhos da beleza. Madureira e Silva (2023) em seu Trabalho de Conclusão de Curso levantam a “hipótese [de] que a mineradora criou e se apropriou da própria representação produzida sobre o corpo feminino” (Madureira; Silva, 2023, p. 55), e

ressaltam uma discussão feita por Badinter, em suas pesquisas sobre as fotografias da revista *Icomi Notícias* em que essa figura feminina está em um caminho postulado, composto por níveis a serem atingidos, passando da beleza, para o casamento e finalmente chegando à maternidade.

Na outra metade da página aparecem mais dois textos que merecem nossa atenção. O primeiro é construído a partir da seguinte pergunta “Os homens são mais generosos que as mulheres?”, sem nenhuma imagem, apenas um texto corrido, tenta convencer a sua leitora de que a beleza e sedução são artifícios para enganar os homens, que se deixam facilmente ser enganados. Segundo o argumento dos redatores da coluna:

No fundo os homens são muito mais vulneráveis que as mulheres. Apesar do raciocínio frio e lógico, são traidores pelo sentimento, por uma impressão passageira ou por uns belos olhos... Os homens, positivamente, terminam por se deixar enganar, por gosto. Quando quem os engana é uma linda moça, de expressão sedutora, então eles procuram ser bastante generosos (*Icomi Notícias*, jun/1964, p. 28).

Podemos interpretar essa informação de duas formas, a intenção do homem que escreveu esta coluna estava em enfatizar como as mulheres (esposas) poderiam ser “traíçoeiras”, como tinham o “poder” sobre os homens a partir de suas “habilidades” femininas que são vinculadas a sua “natureza”. Ou poderia ser uma forma de alerta às esposas sobre a “vulnerabilidade” dos homens em relação a sua generosidade a de outras mulheres.

O outro texto que ocupa a coluna *Femina* nesta edição, de junho de 1964, traz indicações sobre a melhor maneira para se cuidar de seu bebê, e está localizado do lado direita inferior da página. O conselho para a “cuidadora da família”, que tem como centro da informação o incentivo a alimentação das crianças e a indicação de passeios com elas, a partir de uma postura que deveria prezar pela “*naturalidade*” das mães e não com “*preocupações excessivas*” (*Icomi Notícias*, jun/1964, p. 28). Esta tríade de textos que compõe a coluna *Femina* da edição analisada, ilustram como indicam Madureira e Silva (2023), o caminho entendido como lógico a ser percorrido pelas mulheres da companhia: serem belas, serem esposas e serem mães. Esses exemplos práticos dos incentivos e visões que a indústria promovia para as moradoras da *company town* e leitoras da revista demonstram bem o argumento de Carol Gilligan, discutido acima, sobre o reforço das perspectivas postas das responsabilidades femininas,

lançando para o centro das preocupações das mulheres: a beleza, o matrimônio e a maternidade.

femina

Conforme prometemos em nossa edição anterior, aí está um assunto novo para nossas leitoras, marcando o início de uma série de outros que virão por aí. Aguardem.

Quem vai lhes ensinar, hoje, como devem proceder para ter uma pele bonita e macia, é a Senhora Neide Ribeiro, de Vila Amazonas, que assim marcará sua estréia no nosso quadro de colaboradoras:

Nos dias atribulados de nossa época, em que a mulher está presente em todas as atividades, quais sejam o comércio, a indústria, as artes, as letras ou o lar, deve ela, utilizando os recursos que a técnica moderna de cosméticos lhe proporciona, elaborar um plano de ação, a fim de poder dedicar alguns minutos de seus dias ao tratamento de sua pele.

Começemos pelo rosto, que é um dos pontos mais vulneráveis que possuímos. É muito desagradável, indicando, inclusive, um pouco de desleixo, apresentarmos-nos com uma pele ressecada, cheia de espinhas, enfim, maltratada.

Para manter uma pele bonita é preciso, acima de tudo, que ela esteja completamente limpa e, para isto, é necessário que se faça, ao menos uma vez por semana, uma rigorosa limpeza.

Em primeiro lugar, estude o tipo de sua pele. Depois de classificá-la, isto é, saber se ela é seca, normal ou

oleosa, lance mão dos utensílios necessários, que são: creme de limpeza, creme nutritivo umedecedor, loção adstringente (pele oleosa) ou água boricada (pele seca ou normal), máscara de beleza, que pode ser de pepino ou morango, um creme protetor à base de hormônios, uma tigela com água fria, algodão, uma toalha felpuda, e proceda da seguinte forma:

- 1 — Enrole o cabelo, amarre um lenço na cabeça para protegê-lo e coloque uma toalha protegendo o vestido;
- 2 — Espalhe no rosto o creme de limpeza, retirando-o em seguida com algodão embebido em água fria. Repita a operação;
- 3 — Passe em todo o rosto o creme nutritivo, em movimentos circulares, de baixo para cima, começando pelo pescoço, queixo, maçãs do rosto, em volta dos olhos, testa, nariz e, por fim,

Como Embelezar a sua Pele

em volta dos lábios. Repita a operação 5 vezes.

4 — Retire o creme com um algodão molhado em água boricada (se sua pele for seca ou normal), ou com uma loção adstringente (se for oleosa).

5 — Espalhe a máscara escolhida (não esquecendo de fazer os mesmos movimentos do creme nutritivo), coloque nos olhos algodão embebido em água boricada, deite e descanse durante 15 minutos com os pés mais altos que a cabeça, em completo relaxamento.

6 — Retire a máscara com a toalha embebida em água fria ou boricada.

Depois, olhe-se no espelho. Você estará com poros fechados, pele limpa, clara, bonita, e olhos brilhantes e radiosos.

No caso de precisar colocar maquiagem após a limpeza, use primeiramente um creme protetor e... felicidades, amigas.

Os Homens são mais Generosos que as Mulheres?

— Costumam os homens dar mostras de que têm coração duro, pouco propenso a se deixar convencer. Eles gostam de fazer sentir aos demais, principalmente às mulheres, que são pouco inclinados à clemência e à tolerância.

A verdade, no entanto, é bem outra, porque no fundo os homens são muito mais vulneráveis que as mulheres. Apesar do raciocínio frio e lógico, são traídos pelo sentimento, por uma impressão passageira ou por uns belos olhos...

Os homens, positivamente, terminam por se deixar enganar, por gosto. Quando quem os engana é uma linda moça, de expressão sedutora, então eles procuram ser bastante generosos...

Outro ponto em que se nota a generosidade dos homens é com relação aos pobres. Difícilmente deixam de dar uma esmola, para apagar dos olhos a miséria que anda perambulando pelas ruas...

CUIDE DE SEU BEBÊ

A falta de apetite costuma ser uma queixa frequente que as mães têm para com seus pimpolhos. É preciso verificar se a criança não come doces em demasia, fora das refeições. Se ela ingerir muita glicose, a saliva fica com sua produção diminuída, provocando, em consequência, a falta de apetite.

Outra coisa que pode ter influência decisiva é o tipo de comida oferecida à criança. Às vezes ela é sempre igual, não varia, e aborrece a criança comer sempre a mesma coisa. A obstrução intestinal pode ser também responsável por essa inapetência. Neste período, de nada adiantará forçar a criança a comer, o que é preciso é tratar o mal, que o apetite voltará como resultado do tratamento.

Pode ser que o criança precise de exercício e não esteja sendo bastante estimulada. Assim, é conveniente levá-la a um passeio, antes do almoço ou do jantar, e lhe dar oportunidade de praticar esportes próprios de sua idade. A preocupação excessiva com a inapetência da criança é prejudicial a ela própria. Encare tudo com naturalidade e tenha paciência, que talvez tudo se resolva com o passar de alguns dias.

Figura 1: Coluna *Femina* da Revista *Icomi Notícias*. Publicado em Junho de 1964, p. 28.

A figura 2 é uma reportagem sobre o primeiro Concurso da “melhor casa do Semestre” ocorrido em Março de 1965. Nesta página há duas informações, a metade do lado esquerdo da folha traz uma explicação sobre a realização do concurso e abaixo tem um informativo da *Voz Católica* sobre o mesmo. A metade do lado direito tem duas fotografias: a primeira é a visão completa de uma mesa em que quatro homens de roupas sociais estão sentados, o que viria a ser a comissão julgadora, e a outra, logo abaixo, é com três homens entregando uma máquina de costura elétrica para a vencedora do concurso.

No seu início há a explicação da criação desse concurso “original” que a Icomi afirma ser “visado em estimular as donas-de-casa residentes em suas vilas o gosto pelo lar” (Icomi Notícias, mar/1965, p. 7), dando como prêmios eletrodomésticos ou utensílios domésticos. Esse “gosto pelo lar” nada mais é que um estímulo e campanha para mudar os hábitos dos moradores e reforçar a imagem da mulher dona de casa dedicada. É importante ressaltar que a banca de jurados é formada inteiramente por homens, quatro pra sermos mais exatos. Desde muito cedo as meninas são ensinadas por suas mães a como se comportar, a como desempenhar os trabalhos domésticos e a como desempenharem o papel social da “boa esposa”. A preparação para casar-se, como enfatiza Flávia Biroli, foi definida por Mary Wollstonecraft nos seguintes termos: “a tarefa preponderante da vida feminina era agradar” (Biroli, 2018, p. 62). Para além de algo imposto pela família, o casamento pode ser entendido como um projeto de vida, um objetivo em que as meninas deveriam manter seus absolutos focos, no intuito de “conseguirem um bom futuro” (Biroli, 2018, p. 62). O protagonismo feminino e suas dificuldades não estão associados somente à questão de gênero, mas também a questões de classe e de raça, possibilitando trajetórias e papéis diferentes conforme a sua posição.

Um exemplo disso é a maternidade. As responsabilidades com o cuidado, para além de ser experiência das de formas diferentes por homens e mulheres, também evidenciam disparidades ligadas às questões de classe e raça. As mulheres com maior poder aquisitivo podem escolher o maior de tempo possível para estarem com seus filhos, enquanto as mulheres mais pobres precisam dedicar seu tempo a trabalhos remunerados para dividir as despesas das suas casas, ou até mesmo sustentarem sozinhas suas famílias. Percebe-se então que há diferenças entre as vivências das mulheres, o que nos faz concordar com bell hooks quando afirma que “a desvalorização da maternidade é um problema tanto quanto a sua idealização” (Biroli, 2018, p. 69).

CONCURSO "A MELHOR CASA DO SEMESTRE" ENTREGA PRÊMIOS AOS VENCEDORES

VISANDO estimular nas donas-de-casa residentes em suas vilas o gosto pelo lar, a ICOMI instituiu um concurso original, que consiste na escolha da "melhor casa do semestre". As casas que entram em concurso são visitadas, após sorteio, por uma comissão composta de representantes, entre outros, do Departamento de Vilas, da Divisão de Saúde e uma senhora representante das moradoras em Serra do Navio ou Vila Amazonas — dependendo do local onde se está efetuando o concurso — quando são atribuídos pontos a vários fatores, como higiene, conservação da casa e dos móveis, limpeza de quintais, etc. Não há dúvida de que os prêmios são valiosos, já que consistem em máquinas de costura, geralmente elétricas, liquidificadores, completo de louça para mesa e café, ou outra utilidade. Assim, aproveitando a "Festa dos Minei-

ros", na sede do Manganês Esporte Clube, a ICOMI fez entrega dos prêmios aos vencedores de Serra do Navio.



Na foto do alto, a Comissão Julgadora. Em baixo, o Sr. Manuel Rico entrega ao casal Raimundo e Pedrina Lino uma máquina de costura elétrica, prêmio por ter sido, sua residência, a colocada em primeiro lugar.

N' "A Voz Católica"

O padre Jorge Baile vem de deixar o cargo de Redator da "A Voz Católica", que vinha desempenhando há ano, tendo viajado para Buenos Aires, onde celebrará o casamento de um sobrinho. O padre Jorge, ao regressar a Macapá, assumirá o cargo de Vigário da Catedral, reiniciando suas respeitáveis atividades sacerdotais.

O Padre Caetano Maiello passou a ser o novo Redator da "A Voz Católica".

Ao encerrar o Curso de Férias realizado em Macapá, o Prof. Leônidas Sobrino, do Ministério da Educação, prometeu emvidar esforços no sentido de obter recursos para a transformação da Escola Normal de Macapá em Instituto de Educação, e para a construção de escolas públicas na "Faixa da Fronteira", entre Oiapoque e Calçoene.



Figura 2: Reportagem sobre a entrega do Prêmio do concurso da "Melhor Casa do Semestre". Na fotografia superior direita está a "Comissão Julgadora" e abaixo está Manuel Rico entregando uma máquina de costura elétrica ao casal Pedrina Lino e Raimundo. Publicado em Março de 1965.

O percurso que a Icomi percorreu no intuito de gerir as vidas de seus trabalhadores e de suas famílias foi bem orquestrado, articulado e colocado em prática a partir de estratégias de convencimento, de incentivos e da imposição de regras. Pontuamos, até aqui, o caminho que a indústria trilhou: a distribuição de cartilhas para cada morador assim que este chegava em Serra do Navio, com instruções e exigências que eram cobradas das esposas dos funcionários, visto que a manutenção das casas era entendida como um trabalho feminino; O reforço de uma educação específica para cada gênero, que corroborou no ensinamento das meninas tanto nas escolas com disciplinas específicas, quanto em casa ordenada por suas mães, sobre a execução deste trabalho; As visitas domiciliares, feitas por enfermeiras e guardas sanitárias, que reforçava o papel autoritário que a *company town* exercia na vida dos moradores, as exigências sobre a limpeza, padronização das casas e obediência eram requisitos indispensáveis cobrados pela indústria de seus trabalhadores e de suas famílias.

Por fim, o reforço da revista *Icomi Notícias*, forjando a circulação de uma imagem ideal de mulher e esposa, que aparecia em colunas, matérias e fotografias, ditando desde a forma com que as mulheres deveriam se cuidar, para serem belas, até como organizar suas casas, dar exemplos, e cuidarem de seus filhos (até serem premiadas por isso). A Icomi procurou formas e caminhos para reafirmar seu controle nos ambientes privados de seus funcionários, perpetuando e acentuando a posição das mulheres de forma restrita ao espaço privado/doméstico, tendo como função cuidar e zelar tanto dos seus funcionários (maridos) quanto os seus futuros funcionários (os filhos).

5 RELATÓRIOS, NORMAS E CONTROLE

Em 1966 é enviado pelo superintendente da Divisão de Saúde, José de Freitas Cardozo Vêras, para Carlos Alberto Marotta, que era o subgerente de Serra do Navio, o relatório anual referente a 1965. A finalidade desse relatório era informar sobre as atividades desenvolvidas nas “comunidades da Icomi” (Relatório Anual de Saúde, 1965, p. 3), contendo informações como: quais doenças foram detectadas nesses locais, pessoas hospitalizadas, óbitos e vistorias feitas, além de alguns pedidos de solução de problemas, de acordo com José de Freitas.

Um dos pontos que nos chamou atenção de início foi a descrição da divisão de cargos, logo na página 4 do relatório, indicando a forma como a hierarquia na empresa era ordenada a partir dos cargos e funções. Essa divisão começa com a Gerência, que está em Santana, seguindo para Subgerência, em Serra do Navio, Divisão de Saúde tendo o superintendente, depois vem os departamentos de medicina, odontologia e enfermagem, todos sendo chefes. Em seguida as seções de radiologia e fisioterapia, laboratório, administrativa, nutrição, estatística/arquivo médico, e saneamento. Por fim, os serviços de almoxarifado e farmácia, secretaria e limpeza/conservação, mas o tópico que mais diz respeito à temática desta pesquisa é a de Saneamento, que conta em sua equipe de trabalho com os Guardas Sanitaristas que faziam parte, e segundo o relato da entrevistada Zenira, sendo cada equipe responsável por fazer as inspeções às residências.

No Relatório anual de 1965 a seção que vem informar sobre as vistorias é intitulada Higiene de Habitação, a limpeza das casas era vista como preocupação de saúde em que as donas de casa deveriam ser cautelosas e dedicadas, o exemplo disso é a análise das casas, presentes nos relatórios de saúde. O relatório de 1966 o título da seção está diferente, não é mais Higiene de Habitação, mas sim Visitação domiciliar, e percebemos que o título dessa seção muda novamente em 1970 para Controle de Habitação e esse título que permanece até 1975, o último relatório que analisamos.

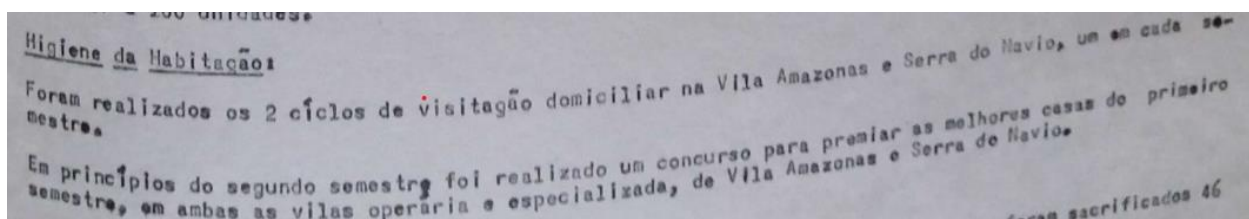


Figura 3: Relatório Anual de Saúde de 1965, p. 32

Para termos acesso a essa fonte foi necessário o compartilhamento dela conosco feito pelo Historiador Marlos Vinícius Mato. Enquanto ele coletava as fontes no Acervo da Indústria e Comércio de Minérios S.A (Santana/AP), não foram encontrados os relatórios dos anos de 1967 a 1969. Tentei encontrar esses documentos indo no acervo da Icomi e posteriormente ao Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo, que agora tem a tutela dessas fontes, mas infelizmente não foram localizados, por isso a lacuna entre esses anos.

Porém, em 1970 podemos encontrar mais detalhes no relatório anual, como por exemplo, a quantidade de trabalhadores responsáveis pelo saneamento: 3 inspetores sanitários, 4 guardas sanitários e 16 braçais (serviço de empreitada). Seus setores de atividades eram o controle de malária, da água de abastecimento, de dejetos, lixo e roedores, de gêneros alimentícios, profilaxia da raiva e o controle de habitação. O relatório evidenciava que foram feitas visitas em todas as casas da vila operária e especializada em Serra do Navio (somente nesse ano começaram a contabilizar as vistorias, sendo 279 em 1970), foram emitidos relatórios retratando problemas encontrados e solicitando soluções por parte da Icomi. Problemas esses que “não são possíveis ser eliminados somente através da educação sanitária feita pela equipe de saúde pública” (Relatório anual de saúde, 1970, p. 59), ou seja, essa chamada de atenção enviada para os superiores seria o começo da idealização de “soluções” para os problemas nas habitações que, no caso, viriam a resultar nas “Normas de Procedimento” que foram publicadas e distribuídas, em sua primeira versão, em 1973, três anos após o envio desse relatório.

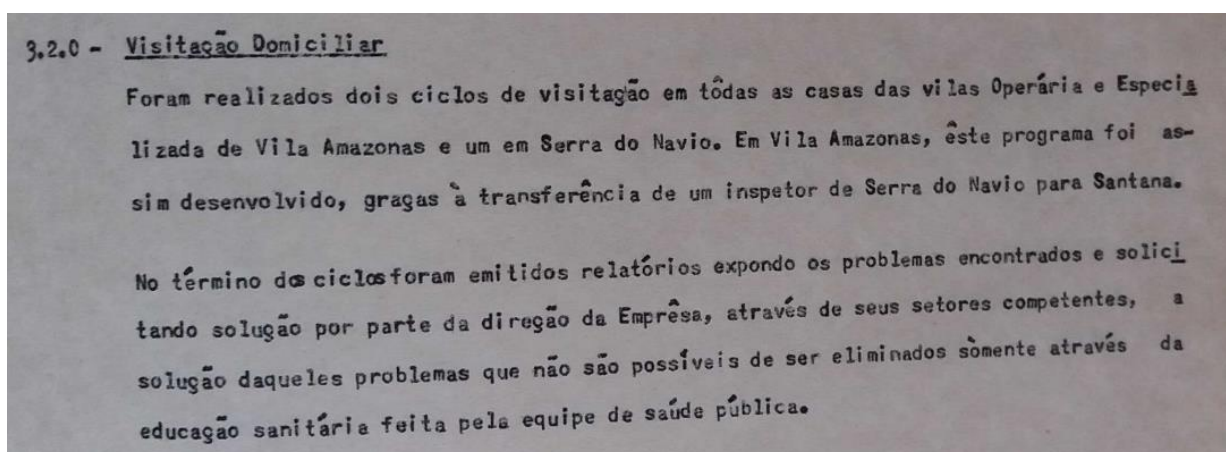


Figura 4: Relatório Anual de Saúde de 1970, p. 37

A partir de 1972 informações como porcentagens de vistorias e índices de casas consideradas “padrão” e “subpadrão” começam a ser registradas, das 139 casas visitadas, 80% foram considerados padrão e 20% subpadrão. Em 1973 apenas 70% das casas de Serra do Navio receberam vistorias, destas 200 casas tiveram as mesmas porcentagens de padronização relativa ao ano anterior. Em 1974, somente 60% das 129 casas foram considerados padrões, se repetindo esses mesmos índices em 1975, tanto as casas vistoriadas quando a porcentagem de padronização, que é o último relatório analisado.

É perceptível que com o passar dos anos o relatório foi ficando cada vez mais detalhado, com percentuais e padronizações, além de que não encontramos relatos de vistorias nas casas dos *staff*. Conforme a afirmação Rômulo Sousa (2018) o intuito da indústria era “manter seus trabalhadores sob controle da empresa durante 24 horas diárias”, associando o ambiente privado dos moradores em uma “preocupação” de saúde que a *company town* possuía. Era um local altamente segregado, com muitas regras e discurso institucional normatizador (Sousa, 2018, p. 71). Porém, cada um seguia com sua forma de resistência, engana-se quem pensa que eles e elas eram ignorantes sobre isso. Por exemplo, a entrevistada Zenira compartilhou que:

A mãe de amiguinho meu inventou certa vez de amassar açaí com as mãos (vila Amazonas), as paredes ficaram imundas, as casas todo ano eram pintadas, eles cobravam a casa limpa. Tinha as casas de apoio, tiravam 5 famílias de local para reformarem a sua casa por um mês. De ano a ano eles reformavam a casa para depois cobrarem você as limpezas das casas. Falaram para essa mulher não vender mais açaí, mas ela não ouviu, na terceira vez foi instruído ao marido dela que enviasse sua família embora da vila ¹¹.

A história dessa mulher que amassava açaí em sua casa, e do que aconteceu com ela e sua família por não se adequarem às exigências da empresa circulou por todos os lugares, como um aviso do que aconteceria com quem não seguisse as regras. Percebemos também que houve dois avisos da empresa antes de mandar o empregado enviar sua família para outro lugar, e por fim, a forma em que a mulher resistiu e foi de encontro às regras que a Icomi cobrava dos seus moradores, definiu a sua melhor forma e estratégia de protesto, mesmo que inconsciente, se “não se pode passar a vida toda protestando: é necessário dissimular e lidar” (Tompson, 2001, p. 262).

¹¹Entrevista de Zenira Vieira Silva cedida a Adalberto Paz em 2010.

As divisões de trabalho de acordo com o gênero, ou seja, os homens saíam para trabalhar assalariadamente e as mulheres ficavam em suas casas colocando-as em ordem, já sabendo que a qualquer momento as vistorias aconteceriam, era a ordem de divisão de trabalho nas famílias que habitavam na *company town* da Icomi. Mas percebemos que não era bem assim, é evidente o receio das consequências que haveria se as residências não estivessem da forma que a empresa ordenava, entretanto, isso não diminuía as porcentagens de casas ditas como “sub-padrão”, ou seja, as donas de casa não seguiam cegamente o que era imposto a elas o que resultou em diversas estratégias usadas pela Icomi para fazê-las estarem de acordo com seus interesses para os ambientes domésticos. Outro ponto são as relações de classe em Serra do Navio, mesmo exercendo trabalhos domésticos gratuitos, essas mulheres não eram submetidas ao mesmo ambiente de trabalho, levando em consideração as diferenças em suas moradias. A ausência de certos eletrodomésticos facilitava ou dificultava o exercício de alguns trabalhos em seus ambientes privados, o que talvez as fizessem almejar ainda mais ganhar o concurso da “melhor casa do semestre”, visto que as premiações constituíam em utensílios domésticos.

Dessa forma, com o intuito de padronizar as arrumações das casas e tentar resolver problemas apontados nos “Relatórios Anuais de Saúde”, foram criadas as “Normas de Procedimento” contendo o “Regulamento Geral das Vilas Residenciais”. Este regulamento, feito pela Icomi, era destinado aos moradores da *company town* de Serra do Navio e Amazonas e, segundo a documentação pesquisada, tinha o intuito de melhorar o “conforto, tranquilidade e bem viver da população” (Norma de Procedimento, 1976, p. 1). Esse documento pode ser encontrado no Acervo da Icomi, infelizmente por não está totalmente legível e não se pode identificar a assinatura do responsável, mas pode-se observar a data de publicação original, 30 de outubro de 1973 e foi revisada no dia 29 de novembro de 1976. Porém, acreditamos que apenas em 17 de dezembro de 1976 foi colocado em circulação, visto que há um carimbo com essa data no lado superior direito do documento. A Icomi organizava e monitorava tudo, os locais que as pessoas poderiam ou não ir, como cuidar das locações, visto que as moradias eram cedidas para os funcionários e era propriedade particular da Icomi, sendo assim, o Chefe de Departamento era o responsável pela supervisão das moradias.

O trabalho doméstico gratuito a partir desse momento passa a ser mais cobrado e esperado. O gerenciamento do lar pelas esposas com o auxílio de suas filhas, além de ser algo esperado pelo esposo, agora é vinculado pelo temor de uma advertência dada

pela indústria, com a repressão e ameaças que sofriam (Paz, 2011, p. 144). As mulheres das vilas operárias e especializada, as que frequentemente recebiam vistorias segundo os relatórios de saúde (1965, p.32), são as que podemos dizer que mais se preparavam para estas inspeções, tanto nos seus ambientes privados quanto seus psicológicos, já que poderia estar em jogo o trabalho do chefe da família. Sendo assim, se pararmos para pensar, essas mulheres realizavam um trabalho interminável, sem princípio e nem um horário de fim. Dessa forma, como resultado há a desvalorização dessas mulheres, pois uma sociedade que não admite todas essas tarefas como um trabalho, as colocando em um patamar de improdutivo. Portanto, lógica contribui ainda mais para a invisibilidade dessas trabalhadoras, sendo de extrema necessidade a discussão, valorização e atenção para as diferentes ocupações que mulheres e homens possuem.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS S. A. - ICOMI

1.7 DEZ 1976

2) Anq. LTR

NORMA DE PROCEDIMENTO		NP-06/02/1
Assunto: - VILAS - REGULAMENTO GERAL DAS VILAS RESIDENCIAIS - D. ICOMI - VILA AMAZONAS E SERRA DO NAVIO		
1.0	<u>OBJETIVO</u>	
1.1	A presente Norma visa estabelecer e revigorar diretrizes que passarão a regular a ocupação das casas e alojamentos e o uso das instalações das Vilas Residenciais da Companhia (Vila Amazonas e Serra do Navio), com intuito de melhorar o conforto, tranquilidade e bem viver das suas populações.	
2.0	<u>DEFINIÇÃO</u>	
2.1	As Vilas construídas em Santana e Serra do Navio, em áreas da Companhia, são conjuntos residenciais de propriedade particular da ICOMI, que visa a dar aos seus empregados um elevado padrão de vida.	
3.0	<u>LOCAÇÃO</u>	
3.1	Poderão ser locatários de casas residenciais e alojamentos nas vilas residenciais os empregados da ICOMI e pessoas especialmente designadas pela Gerência.	
3.2	Os locatários só poderão usar as casas alugadas para a sua habitação e de seus dependentes, na conformidade com o disposto nos contratos de locação e do que estabelecer este regulamento.	
3.3	As casas das Vilas somente poderão ser ocupadas depois que os locatários e seus dependentes forem aprovados pela Divisão de Saúde.	
3.4	As casas alugadas não poderão ser cedidas, transferidas ou sublocadas no todo ou em parte pelos locatários.	
3.5	O locatário não poderá estabelecer, ou permitir que outros estabeleçam, comércio de qualquer natureza nas casas alugadas e utilizá-las, ou permitir que outros as utilizem, para instalação de clubes, associações, sindicatos, cooperativas e/ou outras sociedades e instituições idênticas.	
3.6	Os locatários são responsáveis pelos atos e atitudes de seus dependentes e de seus eventuais visitantes.	
3.7	Os locatários deverão comunicar ao Departamento de Vilas a entrada em suas casas de visitantes que forem permanecer por mais de 24 (vinte e quatro) horas, informando o tempo provável da visita e sua posterior saída.	
3.8	É expressamente proibida a hospedagem de visitantes de empregados solteiros nos respectivos alojamentos.	
3.9	Não é permitido aos locatários, seus dependentes e/ou visitantes:	
Data da Public. Orig. 30 / 10 / 73		Revisada em: 29 / 11 / 76
Data da Última Rev. ____ / ____ / ____		L. A. C. V. //

Fl. 1 / 11

Figura 5: Normas de procedimento relacionado às vilas. Acervo da Icomi, p. 1

O poder que a empresa estabelecia sobre as vidas privadas de seus funcionários e seus familiares era bastante amplo e pode ser identificado em um tópico do regulamento, que deixa explícito aos moradores que o Chefe de Departamento possui total liberdade para proibir ou retirar qualquer pessoa de suas moradias que não esteja cumprindo com as normas. Assim, diversas pesquisas que possuem como objeto de análise o comportamento proposto pela empresa, seus trabalhadores, suas memórias ou a Icomi em geral utilizam essas “Normas de Procedimento” como fonte primária. Como por exemplo, a pesquisa da historiadora Elke Nunes intitulada “Mineração de manganês no Amapá: controle de trabalho e memória de trabalhadores na ICOMI, de 1960 a 1973”, tendo um tópico¹² voltado exclusivamente para essa temática: “O imaginário social dos trabalhadores da Icomi no Amapá”.

Como vimos, a Icomi tinha suas regras claras sobre o modo de convivência dentro da *company town*, que se aplicavam tanto a seus funcionários quanto a quem não era funcionário. Nesse documento vinham os esclarecimentos sobre quem se enquadrava como dependente do locatário e a responsabilidade do mesmo em relação aos seus empregados domésticos. Explicava sobre como funcionava o controle médico sanitário e os programas a que teriam acesso. Informava quem se encaixava para trabalhar como empregada doméstica e como a mesma deveria (e poderia) frequentar certos lugares.

Encontramos no mesmo documento, também, instruções de como conservar as casas, alojamentos e dependências de uso comum. A educação é citada com as explicações de como e quem poderia se matricular. A entrada ao cinema está na lista junto com as exigências para se ter acesso à diversão, e por fim, as regras para a compra e entrada em mercados, recreios e clubes. Além das informações abertamente oferecidas e identificadas no documento, podemos detectar também como as empregadas domésticas estavam restritas a alguns lugares e apenas podendo entrar ou usufruir de certos serviços se tivessem a carteira de identificação assinada pelo empregador mensalmente e avaliada pelo Departamento de Vilas.

Outro ponto que conseguimos identificar analisando atentamente, que não está explicitamente escrito é a diferença entre as casas dos trabalhadores, compreendendo que a partir do tópico 7.1.1, que cita a existência em algumas casas com alguns eletrodomésticos, ou seja, nem todas as casas possuíam os mesmos eletrodomésticos.

¹² Ler o tópico 5.1 Manuais de organização e normas de procedimentos das vilas operárias: enquadrando os comportamentos

Porém, por meio da entrevista da senhora Zenira conseguimos distinguir que somente as casas do *Staff* tinham a maioria dos eletrodomésticos citados nas Normas. Quem consegue ter acesso a essa documentação não saberia quais residências teriam ou não esses benefícios em suas casas. São nítidas as exigências e rigidez das supervisões em relação à limpeza, organização e controle tanto das casas quanto das famílias. A vida das donas de casa, o quesito do trabalho doméstico não remunerado e todas as tarefas que eram designadas a fazerem enquanto seus esposos estavam no trabalho e seus filhos e filhas na escola, intensificaram a perpetuação dos ensinamentos às meninas, as filhas tinham a tarefa de auxiliar as suas mães nos afazeres de casa, tendo ciência de que a qualquer momento as suas residências poderiam ser vistoriadas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS S.A. - ICOMI	
NORMA DE PROCEDIMENTO	
Assunto: - VILAS - REGIMENTO GERAL DAS VILAS RESIDENCIAIS - VILA DE MINÉRIOS E SUBSÍDIOS DO MINÉRIO	
MF-06/02/1	
6.3	No caso de extravio ou perda da "Carteira de Identificação", o Departamento de Vilas poderá fornecer uma segunda via mediante o pagamento de 1% do salário mínimo regional e apresentação de nova fotografia.
6.4	A "Carteira de Identificação" será sempre exigida para:
6.4.1	ingresso nos cinemas
6.4.2	ingresso nos mercados
6.4.3	utilização dos serviços médicos
6.4.4	matrícula nos cursos supletivos.
6.5	A "Carteira de Identificação" só terá validade quando assinada pelo empregado, mensalmente, e visada pelo Departamento de Vilas, até o dia 15 de cada mês.
6.6	As empregadas domésticas não inscritas no Departamento de Vilas serão consideradas pessoas estranhas à Vila e como tal poderão ser convidadas a se retirar das casas onde estiverem servindo.
7.0	<u>CONSERVAÇÃO DAS CASAS, ALOJAMENTOS E DEPENDÊNCIAS DE USO COMUM</u>
7.1	Os locatários são responsáveis pela conservação das casas ou alojamentos, móveis e utensílios domésticos ou eletrodomésticos, que lhes forem alugados e, também, pelas dependências de uso comum por eles utilizadas (vide item 3.9.4).
7.1.1	Nas casas onde existe exaustor, a gaveta de retenção de gordura deve ser limpa mensalmente.
7.1.2	Nas casas onde existe geladeira, as mesmas devem ser "degeladas" semanalmente.
7.1.3	Nas casas onde existe máquina de lavar roupa, devem ser tomados os seguintes cuidados:
7.1.3.1	Não ultrapassar o limite de carga de roupa recomendado pelo fabricante.
7.1.3.2	Quando não em uso, manter a máquina limpa e seca.
7.1.4	Os móveis fornecidos pelo Departamento de Vilas por ocasião da locação, não poderão ser cedidos ou trocados com terceiros.
7.2	Os danos serão reparados pelo Departamento de Vilas e cobrados aos locatários responsáveis, se ficar comprovado que foram causados pela má utilização do objeto danificado.
7.3	Os pisos das casas deverão ser mantidos limpos e, quando for o caso, encerados, sendo que os pisos de tacos ou madeiras não poderão ser lavados. Deverão ser limpos com pano úmido e encerados.
Data da Public. Orig. 30 / 10 / 73	
Revisada em: 24 / 11 / 76	
Data da Última Rev. / /	
Fl. 5 / 11	

Figura 6: Tópico 7.0 – Conservação das casas. Acervo da Icomi

NORMA DE PROCEDIMENTO		HP-06/02/1
Assunto:	- VILAS - REGULAMENTO GERAL DAS VILAS RESIDENCIAIS - DA ICOMI - VILA AMAZONIAS E SERRA DO NAVIO	
7.4	Os locatários deverão ter a maior precaução com os vasos e torneiras e válvulas e com o gasto inútil de água a fim de evitar a sua falta, comunicando imediatamente ao Departamento de Vilas qualquer irregularidade.	
7.4.1	Os locatários deverão obedecer às eventuais medidas restritivas de consumo de água, impostas pelo Departamento de Vilas, quando por motivo de carência de água forem julgadas necessárias.	
7.5	O Departamento de Vilas poderá mandar vistoriar as casas e alojamentos, a fim de verificar se os mesmos estão tendo a conservação adequada.	
7.6	As casas serão entregues aos novos locatários com todas as lâmpadas elétricas necessárias. As substituições durante o período da locação serão feitas pelos locatários por sua própria conta. Ao terminar a locação as casas deverão ser devolvidas com todas as lâmpadas em perfeitas condições. As que não forem devolvidas serão-lhe-ão debitadas.	
7.7	As casas serão entregues aos novos locatários com uma lata de lixo que lhe será debitada junto com o aluguel do primeiro mês. Esta lata deverá ser conservada da melhor forma possível e substituída por outra idêntica sempre que se inutilizar.	
7.8	O locatário é responsável pela limpeza do seu quintal e das áreas fronteiriças à sua casa.	
7.9	A construção de cercas, barracos, galinheiros e abrigos para animais só será permitida nos quintais das casas, mediante autorização da Administração de Vilas local, ouvido o setor de Saneamento. A Gerência estabelecerá linhas divisorias dos quintais e determinará o modelo padrão de cerca a ser construído às expensas do interessado.	
7.10	Nenhuma construção ou modificação poderá ser feita na casa, interna ou externamente, pelo locatário, que altere a sua estrutura ou aparência, tais como: cercas, treliças, garagens, etc., sem que haja prévia autorização da Gerência.	
8.0	<u>ANIMAIS</u>	
8.1	Somente será permitida a criação de aves domésticas confinadas em tipos de galinheiro que o Departamento de Vilas aprovar.	
8.2	É expressamente proibida a criação de quaisquer outros animais.	
8.3	Cães e gatos somente serão permitidos nas Vilas se estiverem vacinados contra raiva e identificados com coleira e numeração fornecida pela Seção de Saneamento da Divisão de Saúde.	
Data da Public. Orig. 30 / 10 / 73		Revisada em: 29 / 11 / 76
Data da Última Rev. ____ / ____ / ____		

Figura 7: Tópico 7.5 informa sobre as visitas que os residentes poderiam receber. Acervo da Icomi

A Icomi tinha a maioria de seus funcionários homens, as funções remuneradas ocupadas por mulheres na empresa eram somente voltadas para as áreas de saúde e educação, e a maior parte destas mulheres empregadas pela empresa era solteira. Era difícil para as esposas dos trabalhadores conseguirem empregos na Icomi uma vez em que eram incentivadas a ficarem em casa e cuidarem de seus esposos e filhos. Sendo assim, a imagem de responsabilidade feminina com os cuidados de seu lar e de sua família sustentada e vendida pela *company town* resultou em uma forma de camuflagem para um dos tipos de controle da população que residiam lá. Como bem disse Federici “o trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado” (Federici, 2019, p. 43).

Conforme analisamos o documento é nítida a obrigatoriedade que a indústria direciona as mulheres, que não poderiam desempenhar as tarefas domésticas como bem entendessem, mas que deveriam se adequar às normas e procedimentos elaborados pela empresa. O “Regulamento” assinado em 1973 e revisado em 1976 orienta como tudo deveria ser feito, quantas vezes limpar, como limpar e os cuidados que deveriam ter com os móveis, eletrodomésticos e até mesmo com o piso (Figura 2). E se todas as normas e recomendações não fossem cumpridas poderiam ser sujeitos a penalidades, como as compartilhadas na memória da entrevistada Zenira e também encontradas na pesquisa de Nunes:

Por esse fato, o que se exigia do trabalhador era a rígida disciplina. Assim, era necessário que essa previsibilidade fosse atendida por todos, pois tudo que escapasse a ela era identificado como uma ameaça e todos os que resistissem a essa convivência respondiam às normas legais e à punição de suas atividades antissociais. (NUNES, 2013, P. 114).

O modelo de *company town* que a Icomi adotou já reflete a forma de como concebia seu controle sobre a vida dos moradores de Serra do Navio. Os Relatórios Anuais de Saúde nos elucidam os princípios a partir dos quais as vistorias, ou visitas domiciliares, eram firmadas: na tentativa de mudar os hábitos dos moradores das vilas primárias e intermediárias, vinculando uma camuflada “preocupação com a saúde” dos moradores. Tendo mais informações detalhadas, o pedido por parte da divisão de saúde para que a empresa reforçasse atitudes que pudessem mudar o cotidiano desses moradores por fim foi atendido, tendo assim o surgimento das “Normas de Procedimentos”. Dessa forma, se tem o fechamento de um ciclo, que o relatório anual de saúde de 1970 vem a chamar de “educação sanitária”, feita pela equipe de saúde

pública, que não obteve os resultados esperados, para o início de um novo ciclo, a partir da publicação e distribuição das “Normas de procedimentos”, com regras mais rígidas e mais específicas que ficariam ao cargo da mulher, esposa e filha dos trabalhadores da Icomi.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa pesquisa buscamos saber mais sobre o desenvolvimento do trabalho gratuito que as esposas e filhas de trabalhadores da Icomi realizavam em seus ambientes privados, analisando as relações de gênero e classe na *company Towns*. A hierarquia familiar estava presente no cotidiano delas, sendo visível ou não, as funções domésticas pré-estabelecidas para entre elas era o caminho que todas deveriam seguir e conciliar. A Icomi desde o início não tinha intenção de contratar mulheres, o que mudou com o tempo, mas as funções desempenhadas por elas assalariadamente também estavam relacionadas a serviços de cuidado ou ensino. As trabalhadoras domésticas gratuitas deveriam prezar por seus esposos, ensinar a suas filhas os afazeres domésticos (que já eram reintegrados nas escolas), zelar por seus filhos (as futuras mãos de obra da empresa), e atentar-se para sua beleza. Não significa que todas as mulheres seguiam esse padrão, como vemos estampado nas porcentagens dos relatórios dos guardas sanitaristas.

A divisão sexual do trabalho está diretamente envolvida com o capitalismo e com o patriarcado, e se apresenta como “natural”, vinculada a uma “vocação” feminina, através da utilização do trabalho doméstico feminino não remunerado, e reafirmando “racionalmente” essa relação de autoridade entre os gêneros. A liberação do homem dos trabalhos domésticos e a ideia de que a mulher é biologicamente programada para ser alguém que cuida e zela por seu lar, nada mais é que a apropriação do patriarcado para moldes capitalistas. A necessidade de uma mão de obra que cuide de seus trabalhadores e de uma futura mão de obra é latente, o que resultou em um trabalho que não possui um horário fixo, não tem hora para começar, muito menos hora para acabar. A invisibilidade desse trabalho resulta na invisibilidade de quem os exerce, tornando ainda mais necessária a discussão sobre essas trabalhadoras não remuneradas.

Por outro lado, as mulheres que possuíam um trabalho na esfera pública ainda são cobradas na realização das tarefas em suas casas. Conciliar os dois trabalhos é esperado, mas a excelência em seu trabalho remunerado fora de casa de nada vale se o seu ambiente privado não for ordenado, limpo e bem cuidado. Isso resulta em uma jornada dubla de trabalho, enquanto do homem não se é esperada (e nem se cobrada) a mesma jornada e as mesmas obrigações. A Icomi tentou minimizar isso, ofertando em setores determinados, o trabalho para as mulheres, o que não diminui a cobrança daquelas que estavam na área da saúde ou do magistério.

A indústria buscou por meio de regras, vistorias, punições e incentivos publicados em sua Revista moldar essas mulheres conforme seu interesse, reforçando esse modelo de divisão do trabalho por gênero, já bastante difundido socialmente, o que nos indica que para a empresa essa esfera da reprodução da força de trabalho era entendida como integrante do projeto de *company town* instalada em Serra do Navio.

A maternidade como vocação e o cuidado incondicional de toda a família apresentam-se como destino para as mulheres, de quem se espera devoção e doação de tempo de trabalho indeterminado e incessante, mas se olharmos para essas mulheres, perceberemos que, depois de adultas, o modelo patriarcal não prevê ninguém para cuidar e devotar seu tempo incondicionalmente a elas. O estudo sobre o trabalho doméstico gratuito é necessário, principalmente para sabermos quem são essas mulheres, pelo o que passaram, como colaboraram e como resistiram. Esta pesquisa é o início de um caminho árduo que devemos trilhar para que essas mulheres tenham seus trabalhos reconhecidos e visibilizados. Devemos tentar entender o porquê da perpetuação dos ensinamentos domésticos obrigatórios às meninas, de como o capitalismo retifica essa necessidade social, e como as relações de classe, de raça de gênero perpassam todas as esferas de nossas vidas, determinando a diferença de funções que meninas e meninos são ensinados desde cedo, até a quem cabe a função do cuidado e quem tem o direito de ser cuidado.

O entendimento da divisão sexual do trabalho, a importância que o capitalismo deposita na perpetuação do trabalho doméstico não remunerado, as lutas feministas (bem como de movimentos sociais organizados por classe e raça), e saber mais sobre o cotidiano das mulheres que viviam em Serra do Navio ratificou o meu entendimento sobre as justificativas da continuidade dos ensinamentos domésticos passados de geração em geração, que chegaram até mim. Essa pesquisa possui lacunas e pontos que ainda necessitam ser abordados, todavia, ela é o início de uma discussão que pretende levar visibilidade, na historiografia brasileira, às mulheres e seus trabalhos domésticos não remunerados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AREND, Silvia Fávero. Trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito**: a mulher e a mãe. Editora Record, 2011.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. Editora Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e cconvergências na reprodução das desigualdades. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.

Entrevistas de Claudete Santana Souza da Silva e Zenira Vieira da Silva feitas por Adalberto Paz em 2010.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Boitempo Editorial, 2016.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 99-119, 2015.

DREIFUSS, René. Armand. **1964**: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe. Editora Vozes, 1981.

DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo Povoas. **O Amapá nos tempos do Manganês**: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943-2000. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.144-148.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Editora Elefante, 2019.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 595-609, 2007.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do care. In: Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care. 2012. p. 236-236.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, p. 61-73, 2014.

LINDEN, Marciel van der. Trabalho de subsistência enredado. **Trabalhadores do mundo**: ensaios para uma história global do trabalho. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

LOBATO, Sidney da S. **A cidade dos trabalhadores**: Insegurança Estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964). 239 f. Tese (Doutorado em História Social)

– Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LOBATO, Sidney da Silva. Federalização da Fronteira: A criação e o primeiro governo do Amapá (1930-1956). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 7, n. 1, jan.-jun., p. 272-286, 2014.

MADUREIRA, Alice David; SILVA, Roger Waters Azevedo. As representações femininas nas fotografias da revista Icomi-Notícias (1964-1967). Orientadora: Dra. Carmentilla das Chagas Martins. 2023, 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Licenciatura em História, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, 1996.

MATOS, Marlos Vinícius Gama de. **Modernização e condições de labuta na Amazônia setentrional: força de trabalho, acidentes e doenças tropicais na gênese de um projeto de extração mineral no Amapá (1948-1956)**. 2022.

MATOS, Maria; BORELLI, Andrea. Espaços femininos no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MEDEIROS, Océlio. **Territórios Federais: doutrina, legislação e jurisprudência**. Rio de Janeiro: Nacional de Direito, 1944.

MEDEIROS, Elen Vitória Chagas de. **O modelo educacional da ICOMI (1961-1986)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2021.

MELO, Demian. **O caráter de classe do golpe de 1964 e a historiografia. Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)**. Porto Alegre: FCM, p. 89-105, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. Editora Contexto, 2014

Norma de Procedimento de Vilas de 1976

NUNES, Elke Daniela Rocha. **Mineração de manganês no Amapá: Controle de trabalho e memória de trabalhadores na ICOMI, de 1960 a 1973**. 2018. 327 f. Teses (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História – Unidade Acadêmica de pesquisa e pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, 2018.

PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. **Os mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964)**. Diss. Dissertação de Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011

PAZ, Adalberto Júnior Ferreira; JÚNIOR, Adalberto. **Capital, trabalho e moradia em complexos habitacionais de empresa: Serra do Navio e o Amapá na década de 1950.** Do lado de cá: fragmentos de história do Amapá, p. 461-480, 2011.

PEREIRA, Higor Railan de Jesus. **O chão do conflito: estado ditatorial, grandes projetos e campesinato na Amazônia amapaense (1978-1985).** Orientador: Sidney da Silva Lobato. 2022. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Pós-Graduação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2022.

PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas (org.). 2ª. 1ª **reimpressão–São Paulo: Contexto**, 2008.

Revista Icomi Notícias de 1964 e 1967

Relatórios Anuais de Saúde de 1965 e 1975

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 19, p. 171-197, 2018.

SILVA, Maura Leal da. **“O território imaginado”:** Amapá, de território à autonomia política (1943 – 1988). 2017. 379 f., il. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SOUSA, Rômulo Moraes de Sousa. **Experiências femininas nos mundos do trabalho de Serra do Navio e Vila Amazonas/Amapá (1960-1985).** Orientador: Sidney da Silva Lobato. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Departamento de Pós-Graduação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos.** São Paulo: Brasiliense, v. 1, 1991.

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, v. 43, p. 478-491, 2013

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade.** Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.

TOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e Outros Artigos**, Orgs. Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. P. 262.